

***Companhia Brasileira de Distribuição***

*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de  
2015 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

**Companhia Brasileira de Distribuição**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos Auditores Independentes .....	1
Mensagem da administração .....	3
Relatório do Comitê de Auditoria .....	5
Declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.....	6
Declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	7
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações dos valores adicionados.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	16

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia Brasileira de Distribuição  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB.

## **Ênfase**

Em 24 de fevereiro de 2016, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes identificados após a conclusão do processo de investigação na subsidiária indireta Cnova Comércio Eletrônico S.A. Nossa opinião continua sem nenhuma modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações, alteradas e reapresentadas para refletir os ajustes descritos na nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de julho de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório  
Contador  
CRC nº 1 SP 216175/O-7

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi de grandes desafios para o Brasil e um período em que foco e disciplina foram ainda mais determinantes para alcançar resultados e superar os obstáculos. Foi assim que o GPA, com sua atuação multiformato, multicanal e multirregião, garantiu a execução de sua estratégia e, aliada a importantes ajustes nos processos de adequação da Companhia ao cenário econômico, alcançou seus objetivos.

Em 2015, investimos na integração dos nossos negócios e em um plano de sinergias robusto, em especial nas áreas de back office, para que cada unidade de negócio pudesse focar ainda mais em seus objetivos de negócios, evoluindo em suas operações e reforçando seus diferenciais competitivos.

Esse também foi um ano em que, a despeito de um cenário desafiador, seguimos com nosso plano de crescimento orgânico e promovemos a abertura de 118 lojas, com especial foco em modelos de maior retorno, como atacado de autosserviço, com Assaí, e de proximidade, especialmente com o Minuto Pão de Açúcar.

No Assaí, abrimos 11 novas lojas e tivemos avanços em market share. A rede contabilizou um sólido crescimento de vendas líquidas de 25,5% no ano, e de mais de 40% no Ebitda, além de alcançar, pelo primeiro ano, geração de caixa suficiente para financiar seu próprio crescimento.

No Multivarejo, as bandeiras apresentaram flexibilidade e agilidade de adaptação de sortimento e de serviços, cada uma seguindo sua vocação e posicionamento, de acordo com as necessidades do consumidor e compatíveis com o contexto econômico. O Pão de Açúcar, mais uma vez, reforçou sua liderança no segmento de supermercados premium e vem registrando sucessivos ganhos de market share por dois anos consecutivos. O formato de proximidade teve aumento de fluxo de clientes e de vendas e oferece, por meio das marcas Minuto Pão de Açúcar e Minimercado Extra, diferentes modelos de lojas de acordo com os diferentes perfis de público atendidos pelas bandeiras.

No Extra, seguimos com nossa estratégia de competitividade e modernizamos 62 lojas entre hipermercados e supermercados. Essas medidas contribuíram para retomada do fluxo de clientes e com a melhoria das vendas. No entanto, os resultados alcançados pelas reformas durante o ano ainda estiveram aquém dos objetivos da Companhia. Para o próximo ano, o foco será dar continuidade ao plano de reformas das lojas e competitividade de preços, reforçar a qualidade e sortimento dos perecíveis e redução da ruptura, com o objetivo de melhorar a eficiência operacional e manter rentabilidade do formato.

A Via Varejo, mesmo em um cenário desafiador para o mercado de eletroeletrônicos, avançou em medidas para adequação da Companhia ao cenário e promoveu ajustes em sua estrutura, otimizando processos e racionalizando despesas. Além disso, a intensificação de iniciativas comerciais a partir do terceiro trimestre propiciou recuperação de market share e de um melhor patamar de vendas.

Na Cnova, vale destacar que esse foi mais um ano de crescimento de GMV e de aumento da participação do marketplace, além do desenvolvimento das ações focadas na melhoria do atendimento ao cliente.

Sustentabilidade se mantém como um dos nossos eixos estratégicos, em linha com as diretrizes do Grupo Casino e os cinco compromissos do GPA: Valorização da Nossa Gente, Consumo e Oferta Consciente, Transformação da Cadeia de Valor, Gestão do Impacto Ambiental e Engajamento com a Sociedade. Em 2015, todas as bandeiras desenvolveram ações de alto impacto para cada um desses temas. Registramos importantes resultados em diversidade com nossas metas para contratação de PcDs (Pessoas com Deficiência) e trabalhamos em ações efetivas para aumentar a participação de mulheres em cargos de liderança. Também continuamos com o compromisso de mitigar riscos ao meio ambiente, exercendo um papel positivo junto à sociedade, sempre alinhados aos princípios do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas).

Esse foi um ano em que também evoluímos nas práticas de governança em todos os nossos negócios. Temos

comitês atuantes e desenvolvemos processos que visam garantir benefícios a todos os envolvidos sempre respeitando os direitos e interesses dos nossos stakeholders.

Estamos com uma empresa melhor e mais bem preparada para 2016. Seguiremos com nosso total foco no cliente, ao mesmo tempo em que manteremos o rigor e a disciplina nos investimentos e nas ações que vão garantir o crescimento sustentável da Companhia, gerando valor para nossos acionistas.

## **REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração da Companhia informa a conclusão dos trabalhos de investigações conduzidos na controlada Cnova N.V. e do trabalho dos auditores dessa controlada, e avaliou os efeitos finalmente apurados e concluiu que os efeitos imputados a exercícios anteriores deveriam ser reapresentados em suas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, após considerações sobre aspectos quantitativos e qualitativos.

## **AUDITORES INDEPENDENTES**

As demonstrações financeiras do GPA, individuais e consolidadas, foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pelo GPA ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, declaramos que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Deloitte não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras.

A Administração.

## **RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2015**

- 1) Em 24 de fevereiro de 2016 o Comitê de Auditoria da Cia. Brasileira de Distribuição emitiu um Relatório sobre suas atividades de 2015 e sobre as Demonstrações Financeiras da Cia. em 31/12/2015.
- 2) Nele foram narradas as principais atividades do Comitê no exercício 2015 e foram relacionadas as principais recomendações do COAUD à Diretoria Executiva.
- 3) Quanto às respectivas Demonstrações Financeiras o Comitê recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração.
- 4) Conforme descrito na nota explicativa no 1.5 às demonstrações financeiras para republicação, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes identificados após a conclusão do processo de investigação na subsidiária indireta Cnova Comércio Eletrônico S.A.
- 5) Nossa recomendação quanto às Demonstrações Financeiras para republicação a serem apreciadas pelo Conselho de Administração da CBD em 27 de julho de 2016 continua sendo pela aprovação das mesmas, uma vez que tais demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.
- 6) Todos os demais itens e recomendações à Diretoria Executiva constantes do Relatório do Comitê de Auditoria de 24 de fevereiro de 2016 permanecem como originalmente divulgados.

L. Nelson Carvalho – Coordenador do Comitê e Especialista Contábil-Financeiro e de Auditoria

Eleazar de Carvalho Filho, Representante do Conselho de Administração no Comitê de Auditoria e igualmente Especialista Financeiro

Pedro Oliva Marcílio de Sousa

## **Declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras**

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 27 de julho de 2016.

Diretoria

Ronaldo Iabrudi  
Diretor Presidente

Christophe José Hidalgo  
Diretor Vice Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores



## **Declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes**

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015, emitido nesta data.

São Paulo, 27 de julho de 2016.

Diretoria

Ronaldo Iabrudi  
Diretor Presidente

Christophe José Hidalgo  
Diretor Vice Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

# Companhia Brasileira de Distribuição

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e em 1º de janeiro de 2014

(Em milhões de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Notas	31.12.2015	31.12.2014	01.01.2014	31.12.2015	31.12.2014	01.01.2014
Ativo		Reapresentação			Reapresentação		
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.247	2.923	2.851	11.015	11.149	8.367
Aplicações Financeiras		-	-	-	-	-	24
Contas a receber	8	387	305	312	3.210	3.176	2.548
Outras contas a receber	9	133	75	48	375	258	229
Estoques	10	2.828	2.487	2.166	8.965	8.364	6.361
Tributos a recuperar	11	357	105	148	1.080	807	910
Ativos disponíveis para venda		2	2	4	15	22	39
Dividendos a receber		116	154	41	-	26	-
Despesas antecipadas		74	41	27	157	130	92
Outros créditos		32	26	25	143	89	55
Total do ativo circulante		6.176	6.118	5.622	24.960	24.021	18.625
Não Circulante							
Contas a receber	8	-	-	-	98	105	115
Outras contas a receber	9	67	82	31	625	636	630
Estoques	10	-	-	-	-	172	172
Tributos a recuperar	11	534	392	351	2.467	2.140	1.429
Impostos de renda e contribuição social diferidos	20	50	56	121	406	491	951
Partes relacionadas	12	1.076	398	647	309	313	172
Depósitos para recursos judiciais	22.7	459	420	427	999	857	815
Despesas antecipadas		19	25	38	50	37	50
Investimentos em controladas e associadas	13	5.149	8.288	7.690	382	401	310
Propriedades para investimento		24	24	-	25	25	-
Imobilizado	14	6.525	6.125	6.075	10.377	9.699	9.053
Intangíveis	15	1.320	1.195	1.127	6.543	6.448	5.667
Total do ativo não circulante		15.223	17.005	16.507	22.281	21.324	19.364
Total do ativo		21.399	23.123	22.129	47.241	45.345	37.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Brasileira de Distribuição

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e em 1º de janeiro de 2014

(Em milhões de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Notas	31.12.2015	31.12.2014	01.01.2014	31.12.2015	31.12.2014	01.01.2014
		Reapresentação			Reapresentação		
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	16	4.103	3.180	2.632	15.508	13.393	8.609
Fornecedores convênio	18.1 (iv)	-	-	-	1.055	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	828	2.895	1.973	3.814	6.594	5.172
Salários e encargos sociais		390	335	368	1.023	864	796
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	19	135	183	366	830	867	969
Partes relacionadas	12	268	1.751	2.224	563	261	33
Dividendos propostos	25.8	-	194	151	-	321	152
Aquisição de participação de acionistas não controladores	21	-	-	-	76	73	69
Financiamento por compra de ativos		100	80	36	114	99	36
Aluguéis a pagar		83	52	53	151	115	112
Receitas a apropriar	24	28	4	-	420	212	115
Repasse a terceiros		43	8	9	398	429	226
Programa de fidelidade		27	35	-	30	38	-
Outras contas a pagar		370	108	210	1.291	715	814
Total do passivo circulante		6.375	8.825	8.022	25.273	23.981	17.103
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	3.277	2.631	3.142	4.164	3.134	4.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	-	1.184	1.133	1.061
Impostos parcelados	19	572	617	992	572	617	1.073
Provisão para demandas judiciais	22	490	483	496	1.396	1.344	1.147
Aquisição de participação de acionistas não controladores	21	-	-	-	28	57	108
Receitas a apropriar	24	32	65	30	1.223	834	456
Provisão para perda de investimento em controladas	13	276	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar		23	25	48	49	51	117
Total do passivo não circulante		4.670	3.821	4.708	8.616	7.170	8.285
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores							
Capital subscrito	25	6.806	6.792	6.764	6.806	6.792	6.764
Reservas de capital	25	302	282	233	302	282	233
Reservas de lucros	25	3.333	3.402	2.402	3.333	3.402	2.402
Ajuste de avaliação patrimonial		(87)	1	-	(87)	1	-
		10.354	10.477	9.399	10.354	10.477	9.399
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	2.998	3.717	3.202
Total do patrimônio líquido		10.354	10.477	9.399	13.352	14.194	12.601
Total do passivo e patrimônio líquido		21.399	23.123	22.129	47.241	45.345	37.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Brasileira de Distribuição

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
		Reapresentação		Reapresentação	
Receita de venda de bens e serviços	26	22.465	22.249	69.220	65.407
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	27	(16.342)	(16.015)	(52.934)	(48.610)
<b>Lucro bruto</b>		<b>6.123</b>	<b>6.234</b>	<b>16.286</b>	<b>16.797</b>
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	27	(3.950)	(3.622)	(11.313)	(10.333)
Gerais e administrativas	27	(483)	(562)	(1.717)	(1.486)
Depreciação e amortização		(479)	(435)	(961)	(819)
Resultado de equivalência patrimonial	13	130	712	112	108
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(260)	(354)	(684)	(441)
		<b>(5.042)</b>	<b>(4.261)</b>	<b>(14.563)</b>	<b>(12.971)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>1.081</b>	<b>1.973</b>	<b>1.723</b>	<b>3.826</b>
Resultado financeiro, líquido	29	(762)	(614)	(1.653)	(1.506)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>319</b>	<b>1.359</b>	<b>70</b>	<b>2.320</b>
Imposto de renda e contribuição social	20	(54)	(152)	(346)	(736)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>265</b>	<b>1.207</b>	<b>(276)</b>	<b>1.584</b>
Atribuível:					
Acionistas controladores da Companhia		265	1.207	265	1.207
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(541)	377
<b>Lucro líquido por milhares de ações do capital social (média ponderada do exercício – R\$)</b>	30	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>		
<b>Básico</b>					
Ordinárias		0,93893	4,29062		
Preferenciais		1,03282	4,71968		
<b>Diluído</b>					
Ordinárias		0,93869	4,29062		
Preferenciais		1,03040	4,70705		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação		Reapresentação	
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>265</b>	<b>1.207</b>	<b>(276)</b>	<b>1.584</b>
<i>-Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado</i>				
Plano de pensão de benefício definido – ganhos e perdas atuariais	(1)	(1)	(2)	(2)
Ajustes de instrumentos financeiros	(1)	-	(1)	-
<i>-Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado</i>				
Ajuste de conversão do exercício	(86)	2	(219)	6
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>177</b>	<b>1.208</b>	<b>(498)</b>	<b>1.588</b>
<b>Atribuível a:</b>				
Acionistas controladores da Companhia			177	1.208
Participação dos acionistas não controladores			(675)	380
			<b>(498)</b>	<b>1.588</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Outras reservas	Opções de compra	Legal	Expansão	Ações em tesouraria	Retenção de lucros					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013 - publicado</b>	6.764	7	226	354	461	(7)	1.678	-	-	9.483	3.229	12.712
Ajuste ao saldo inicial	-	-	-	(1)	-	-	(83)	-	-	(84)	(27)	(111)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2014 - reapresentação</b>	<b>6.764</b>	<b>7</b>	<b>226</b>	<b>353</b>	<b>461</b>	<b>(7)</b>	<b>1.595</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.399</b>	<b>3.202</b>	<b>12.601</b>
Aumento de capital social (nota 25.1)	28	-	-	-	-	-	-	-	-	28	-	28
Transferência para reserva de expansão (nota 25.4)	-	-	-	-	674	-	(674)	-	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas (nota 25.5)	-	-	37	-	-	-	-	-	-	37	-	37
Opções de ações outorgadas - subsidiárias (nota 25.5)	-	-	12	-	-	-	-	-	-	12	17	29
Lucro líquido do exercício - reapresentação	-	-	-	-	-	-	-	1.207	-	1.207	377	1.584
Outros resultados abrangentes:												
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	6
Plano de benefício definido – perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)	(2)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.207</b>	<b>1</b>	<b>1.208</b>	<b>380</b>	<b>1.588</b>
Apropriação de lucro líquido para reserva legal (nota 25.4) - reapresentação	-	-	-	60	-	-	-	(60)	-	-	-	-
Dividendos propostos (nota 25.8)	-	-	-	-	-	-	-	(302)	-	(302)	(126)	(428)
Transferência para reserva de retenção de lucros - reapresentação	-	-	-	-	-	-	845	(845)	-	-	-	-
Transações com não controladores (nota 25.9) - reapresentação	-	-	-	-	-	-	16	-	-	16	(21)	(5)
Oferta de ações Cnova N.V. (nota 13.1 ii)	-	-	-	-	-	-	132	-	-	132	279	411
Reorganização societária (nota 13.1 iii)	-	-	-	-	-	-	(53)	-	-	(53)	(14)	(67)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014 - reapresentação</b>	<b>6.792</b>	<b>7</b>	<b>275</b>	<b>413</b>	<b>1.135</b>	<b>(7)</b>	<b>1.861</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>10.477</b>	<b>3.717</b>	<b>14.194</b>
Aumento de capital social (nota 25.1)	14	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Transferência para reserva de expansão (nota 25.4)	-	-	-	-	1.489	-	(1.489)	-	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas (nota 25.5)	-	-	11	-	-	-	-	-	-	11	-	11
Opções de ações outorgadas - subsidiárias (nota 25.5)	-	-	9	-	-	-	-	-	-	9	5	14
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - reapresentação	-	-	-	-	-	-	-	265	-	265	(541)	(276)
Outros resultados abrangentes:												
Variação cambial de investimentos no exterior - reapresentação	-	-	-	-	-	-	-	-	(86)	(86)	(133)	(219)
Ajuste de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Plano de benefício definido – perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)	(2)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>265</b>	<b>(88)</b>	<b>177</b>	<b>(675)</b>	<b>(498)</b>
Apropriação de lucro líquido para reserva legal (nota 25.4) - representado	-	-	-	13	-	-	-	(13)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 25.8) - reapresentação	-	-	-	-	-	-	-	(60)	-	(60)	-	(60)
Dividendos adicionais pagos (nota 25.8) - reapresentação	-	-	-	-	-	-	-	(55)	-	(55)	-	(55)
Transferência para reserva de retenção de lucros - reapresentação	-	-	-	-	-	-	137	(137)	-	-	-	-
Transações com não controladores (nota 25.9) - reapresentação	-	-	-	-	-	-	(43)	-	-	(43)	(1)	(44)
Oferta de ações Cnova N.V. (nota 25.9 iii)	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	(17)	(29)	(46)
Liquidação Instrumento Patrimonial (nota 25.7)	-	-	-	-	-	-	(150)	-	-	(150)	-	(150)
Opção de compra CD Colômbia (nota 21)	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)	(19)	(28)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015 - reapresentado</b>	<b>6.806</b>	<b>7</b>	<b>295</b>	<b>426</b>	<b>2.624</b>	<b>(7)</b>	<b>290</b>	<b>-</b>	<b>(87)</b>	<b>10.354</b>	<b>2.998</b>	<b>13.352</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação		Reapresentação	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	265	1.207	(276)	1.584
Ajuste para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido				
Imposto de renda diferido (Nota 20)	59	68	135	222
Perda na alienação do imobilizado	36	22	148	58
Depreciação e amortização	523	477	1.102	929
Juros e variações monetárias	698	581	1.154	1.118
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13)	(130)	(712)	(112)	(108)
Provisão para demandas judiciais	2	109	246	309
Pagamento baseado em ações	20	47	25	47
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (nota 8.3)	-	(3)	556	522
Provisão para obsolescência e quebra (nota 10.2)	4	(2)	57	33
Outras despesas operacionais	92	310	15	150
Receita a apropriar (nota 24)	(25)	(15)	(161)	(32)
Ganho na avaliação a valor justo de investimento	-	-	-	(16)
	1.544	2.089	2.889	4.816
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	(82)	10	(434)	(859)
Estoques	(286)	(319)	(261)	(1.480)
Tributos a recuperar	(76)	3	(434)	(478)
Outros ativos	(71)	(25)	(140)	(31)
Partes relacionadas	(143)	(375)	(324)	(253)
Depósitos judiciais	(11)	9	(82)	(20)
Fornecedores	923	548	2.503	3.565
Salários e encargos sociais	55	(33)	159	72
Impostos e contribuições a recolher	(146)	(606)	(192)	(433)
Pagamento de demandas judiciais	(62)	(163)	(351)	(257)
Receita recebida a apropriar	22	54	750	489
Demais contas a pagar	38	(239)	397	(165)
Dividendos a receber	605	-	152	-
Aplicações financeiras	-	-	-	24
	766	(1.136)	1.743	174
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.310	953	4.632	4.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações dos fluxos de caixa - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação		Reapresentação	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota 14.3)	(642)	(438)	(1.581)	(1.379)
Aumento do ativo intangível (nota 15.5)	(105)	(118)	(404)	(492)
Venda de bens do imobilizado	39	19	82	59
Caixa líquido de aquisição e reorganização societária (nota 1.3 a)	100	3	-	168
Caixa recebido na venda de subsidiária (nota 13.1 iv e 13.1 v)	-	-	51	20
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(608)	(534)	(1.852)	(1.624)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	14	28	14	28
Captações e refinanciamentos (nota 17.2)	1.154	1.661	6.389	6.780
Pagamentos (nota 17.2)	(3.233)	(1.761)	(9.301)	(7.519)
Pagamento de dividendos	(309)	(258)	(434)	(258)
Transações com não controladores	(4)	(8)	(4)	(8)
Aquisição de sociedade	-	-	(74)	(67)
Captações de mútuos com partes relacionadas	-	-	404	-
Recursos obtidos com oferta de ações, líquidos dos custos de emissão	-	(9)	-	408
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.378)	(347)	(3.006)	(636)
Aumento (Diminuição) líquido no caixa e equivalentes	(676)	72	(226)	2.730
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	92	52
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.923	2.851	11.149	8.367
Caixa e equivalentes no fim do exercício	2.247	2.923	11.015	11.149
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(676)	72	(134)	2.782

As principais transações com efeitos não caixa estão divulgadas nas notas explicativas nº 1.3, nº 13.1 (iii), nº 13.1 (v), nº14.3, nº15.5, 18.1 (viii), nº19, nº20, nº22, nº25.9 e nº28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações dos valores adicionados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação		Reapresentação	
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias	24.308	24.144	77.054	72.668
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	3	(556)	(522)
Outras receitas	(11)	39	2	14
	<b>24.297</b>	24.186	<b>76.500</b>	72.160
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo das mercadorias vendidas	(16.722)	(16.569)	(53.699)	(49.989)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	(2.239)	(2.196)	(6.838)	(6.140)
	<b>(18.961)</b>	(18.765)	<b>(60.537)</b>	(56.129)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>5.336</b>	5.421	<b>15.963</b>	16.031
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(523)	(477)	(1.102)	(929)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>4.813</b>	4.944	<b>14.861</b>	15.102
<b>Recebido em transferência</b>				
Equivalência patrimonial	130	712	112	108
Receitas financeiras	236	201	792	689
	<b>366</b>	913	<b>904</b>	797
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>5.179</b>	5.857	<b>15.765</b>	15.899
<b>Colaboradores</b>	<b>2.639</b>	2.399	<b>7.397</b>	6.440
Remuneração direta	1.783	1.633	5.424	4.664
Participações	95	84	261	241
Benefícios	595	538	1.198	1.141
Encargos	166	144	514	394
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>768</b>	974	<b>4.608</b>	4.167
Federais	450	692	3.148	2.935
Estaduais	189	187	1.197	994
Municipais	129	95	263	238
<b>Financiadores externos</b>	<b>1.507</b>	1.277	<b>4.036</b>	3.708
Juros	994	815	2.438	2.195
Aluguéis	513	462	1.598	1.513
<b>Remuneração capitais próprios</b>	<b>265</b>	1.207	<b>(276)</b>	1.584
Dividendos	115	302	115	302
Lucros retidos	150	905	150	905
Participação de acionistas não controladores	-	-	(541)	377
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>5.179</b>	5.857	<b>15.765</b>	15.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico, e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Minimercado Extra”, “Assaí”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de e-commerce “Casas Bahia.com”, “Extra.com”, “Ponto Frio.com”, “Barateiro.com”, “Partiuviagens.com”, “Cdiscount.com” e da bandeira de shoppings de vizinhança “Conviva”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“*BM&FBovespa*”), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código “CBD”. As subsidiárias que possuem capital aberto são a Via Varejo S.A. (“Via Varejo”), que possui ações negociadas na *BM&FBovespa* sob o código “VVAR11” e “VVAR3” e a Cnova N.V. (“Cnova Holanda”) que possui ações negociadas na *Nasdaq Global Select Market* sob o código “CNV” e *Euronext Paris* sob o código “CNV”.

A partir de 19 de agosto de 2015, a Companhia passou a ser indiretamente controlada pelo Almacenes Exitó S.A., através da Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”), mediante transação com as holdings do Casino Guichard Perrachon (“Casino”), que continua sendo a controladora final. Esta transação não impactou as demonstrações financeiras, já que estão relacionadas a transações entre acionistas.

### 1.1 Arbitragem Morzan

Em 14 de agosto de 2015, a Câmara Internacional de Arbitragem - CCI emitiu sentença sobre o Procedimento Arbitral, condenando solidariamente CBD e sua controladora direta Wilkes a indenizar a Morzan Empreendimentos e Participações S.A. (“Morzan”) em função de não observação integral do disposto no Contrato de Compra de Ações celebrado pela subsidiária Mandala Empreendimentos e Participações S.A., em 8 de junho de 2009 (“Contrato”), para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal então representativas de 70,2421% do capital social total e votante da Globex Utilidades S.A. (“Globex” - atualmente Via Varejo).

Em 17 de novembro de 2015, a Companhia apresentou um pedido de anulação da sentença arbitral diante da Cour d’Appel de Paris. A Companhia tem até abril de 2016 para apresentar as razões que embasam tal pedido.

Em 27 de janeiro de 2016, a Câmara Internacional de Arbitragem - CCI emitiu decisão e addendum a sentença de mérito, na qual (i) declarou inadmissíveis os pedidos da Companhia e da Wilkes; (ii) acolheu parcialmente o pedido da Companhia e da Wilkes de correção do cálculo dos honorários e despesas devidas à Morzan, apresentando uma redução de US\$225 mil; e (iii) acolheu parcialmente o pedido da Morzan de correção do cálculo dos honorários e despesas devidas à Morzan, apresentando um aumento de US\$30 mil.

O valor inicialmente estimado pela a Companhia para fazer face à esta demanda é de R\$200 registrado no passivo circulante na rubrica “Demais contas a pagar”, gerando um efeito de imposto de renda de R\$50, e um efeito líquido na “Reservas de lucro” de R\$150. Vide mais detalhes na nota explicativa nº25.7.

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo atualizado pelos índices definidos pelo ICC é de R\$223, incluindo custas processuais, integralmente liquidado em 1 de abril de 2016.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.2 Termo de Compromisso de Desempenho

A Companhia, a subsidiária Via Varejo e Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), em conjunto "Compromissárias", e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") celebraram em 17 de abril de 2013 o Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), para a aprovação da associação dos negócios Ponto Frio e Casas Bahia celebrada em 2010. Como principal objetivo deste TCD, a Via Varejo tinha como obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 municípios, distribuídas em seis estados e no Distrito Federal.

Dos 74 pontos comerciais, 32 não foram alienados. Desta forma, em cumprimento ao TCD, essas lojas tiveram suas atividades encerradas entre maio e junho de 2014, com pagamento de multa de R\$12, registrado em 2014. Conforme autorização do CADE, após 6 meses fechadas, 16 lojas foram reabertas em novembro de 2014.

Com relação aos 42 pontos comerciais restantes, todos foram alienados entre outubro de 2013 e janeiro 2014, mediante vendas diretas para outras empresas e leilões abertos. Tais alienações foram devidamente aprovadas pelo CADE. Em 2015, dessas 42 lojas, 19 vendas não foram concluídas por impedimentos nas negociações entre locadores e compradores, gerando para a subsidiária Via Varejo o pagamento de multa ao CADE de R\$7 e uma provisão para baixa de imobilizado de R\$7. Das 19 lojas, 4 já foram fechadas e 15 serão fechadas nos próximos meses.

A Via Varejo concluiu a venda e transferência de 15 lojas em 2015, realizando um ganho nas vendas das lojas de R\$8, reconhecido no resultado do exercício.

A transferência das 8 lojas finais ainda está em processo de negociação. Este processo tem sido acompanhado pelo CADE, que tem fiscalizado o cumprimento das obrigações assumidas no TCD, estando a Via Varejo sujeita a apresentar dados e informações que a referida autarquia julgar necessárias.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.3 Incorporação de subsidiárias

#### a) Sé

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 22 de dezembro de 2015 foi aprovada a incorporação da subsidiária Sé Supermercados Ltda. ("Sé") pela Companhia, com objetivo de unificação das atividades e da administração. Essa unificação resultará na obtenção de benefícios de ordem administrativas, econômica e financeira.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2015 da controladora como resultado da incorporação da subsidiária Sé, estão sumariados no quadro abaixo. Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve alteração nas demonstrações financeiras consolidadas, nem impactos na demonstração do resultado nas demonstrações financeiras individuais:

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	100
Outros contas a receber	56
Estoques	59
Impostos a recuperar	14
Total do ativo circulante	229
Outras contas a receber	4
Impostos a recuperar	3
Partes relacionadas	2.707
Imobilizado	228
Intangíveis	2
Total do ativo não circulante	2.944
Total do ativo	3.173
<u>Passivo</u>	
Empréstimos e financiamentos	1
Partes relacionadas	390
Outras contas a pagar	45
Total do passivo circulante	436
Empréstimos e financiamentos	21
Outras contas a pagar	6
Total do passivo não circulante	27
Total do passivo	463
Acervo líquido incorporado	2.710

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações corporativas – Continuação

#### 1.3 Incorporação de subsidiárias – Continuação

##### b) Nova Holding

Em AGE realizada em 22 de dezembro de 2015, foi aprovada a incorporação da subsidiária Nova Holding pela Companhia, com objetivo de unificação das atividades e da administração. A Nova Holding tinha função de holding do negócio de *e-commerce* do Grupo. Essa unificação resultará na obtenção de benefícios de natureza patrimonial e financeira e otimizará a estrutura societária do grupo.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2015 da controladora como resultado da incorporação estão sumariados no quadro abaixo. Não houve alteração nas demonstrações financeiras consolidadas, nem impactos na demonstração do resultado nas demonstrações financeiras individuais:

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2015</u>
Outros contas a receber	3
Impostos a recuperar	29
Total do ativo circulante	32
Outras contas a receber	
Impostos a recuperar	262
Partes relacionadas	2
Investimento	(65)
Total do ativo não circulante	199
Total do ativo	231
<u>Passivo</u>	
Partes relacionadas	226
Outras contas a pagar	5
Total do passivo circulante	231
Total do passivo	231
Acervo líquido incorporado	-

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.3 Incorporação de subsidiárias – Continuação

#### c) Outras subsidiárias

Em AGE realizada em 29 de dezembro de 2014 foi aprovada a incorporação das subsidiárias integrais Vedra Empreendimento e Participações S.A., ECQD Participações Ltda., APE SPE 06 – Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda., GPA 5 Empreendimentos e Participações S.A., GPA 4 Empreendimentos e Participações S.A., Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A., P.A. Publicidade Ltda., Vancouver Empreendimentos e Participações Ltda. e Duque Conveniências Ltda. pela Companhia, com objetivo de unificação das atividades e da administração. Essa unificação resultará na obtenção de benefícios de ordem administrativas, econômica e financeira.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2014 da controladora como resultado da incorporação das subsidiárias acima estão sumariados no quadro abaixo. Por se tratar de incorporação de subsidiárias integrais, não houve alteração nas demonstrações financeiras consolidadas, nem impactos na demonstração do resultado nas demonstrações financeiras individuais:

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1
Outros contas a receber	2
Impostos a recuperar	1
Total do ativo circulante	4
Outras contas a receber	54
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3
Partes relacionadas	38
Investimento	12
Intangíveis	39
Total do ativo não circulante	146
Total do ativo	150
<u>Passivo</u>	
Partes relacionadas	24
Outras contas a pagar	3
Total do passivo circulante	27
Outras contas a pagar	1
Total do passivo não circulante	1
Total do passivo	28
Acervo líquido incorporado	122

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.4 Escritórios da CVM ao GPA e sua subsidiária Via Varejo

Em 18 de fevereiro de 2016, a subsidiária Via Varejo recebeu da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Via Varejo no exercício social de 2013. Em decorrência dos efeitos reflexos verificados em suas demonstrações financeiras, a Companhia recebeu o Ofício nº 19/2016-CVM/SEP/GEA-5.

A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Via Varejo nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remensuração do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira.

A Via Varejo apresentou recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM com pedido de efeito suspensivo nos termos da Deliberação CVM 463, porém definiu reapresentar o item (i) do Ofício CVM, que não produz qualquer efeito nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais consolidadas da Companhia. A Via Varejo e a Companhia aguardam a manifestação do colegiado sobre os argumentos apresentados para o item (ii), relacionado aos efeitos da aquisição da Indústria de Móveis Bartira. Até esse momento, nenhum efeito foi registrado nas demonstrações financeiras e nas informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas subsidiárias por conta dos questionamentos manifestados pela CVM no referido Ofício em relação à aquisição da Indústria de Móveis Bartira.

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas

Conforme comunicado ao mercado em 18 de dezembro de 2015 pela subsidiária Cnova NV (“Cnova”), foi instaurada uma investigação conduzida por escritórios de advocacia e consultores sobre determinadas práticas de empregados na gestão dos estoques mantidos nas centrais de distribuição (“CDs”) da Cnova Comércio Eletrônico S.A. (“Cnova Brasil”), subsidiária de Cnova, sociedade controlada pela Companhia.

Durante o curso dos trabalhos outros temas relacionados a discrepâncias contábeis nas rubricas de “fornecedores” e “outras contas a receber” foram analisados e divulgados ao mercado em 12 de janeiro de 2016 pela Cnova no valor total de R\$177. Na preparação e divulgação original dessas demonstrações financeiras, publicada em 24 de fevereiro de 2016, a Companhia considerou todas as informações disponíveis naquela data e concluiu que novas informações oriundas da investigação não impactariam substancialmente os ajustes já identificados.

Subsequentemente, o escopo da investigação foi expandido para incluir uma avaliação de novos fatos identificados sobre as discrepâncias relacionadas às contas a pagar, contas a receber/produtos em trânsito com transportadoras, provisões de fretes e outras despesas e capitalização indevida de despesas com o desenvolvimento de software.

Como resultado, a Cnova identificou diversos ajustes em suas demonstrações financeiras e, conseqüentemente, como se trata de uma controlada da Companhia e consolidada para fins de apresentação das demonstrações financeiras, tais efeitos ocasionaram os mesmos ajustes nas demonstrações financeiras anteriormente emitidas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, que ora são representadas em seu conjunto.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

Não há efeito de imposto de renda diferido sobre os ajustes uma vez que a Companhia acessou e concluiu que o imposto de renda diferido não seria recuperável.

O efeito total dos ajustes apurados na Cnova N.V. foi de R\$557 (sendo R\$512 no resultado e R\$45 diretamente contra patrimônio líquido), compreendendo os ajustes decorrentes do processo de investigação, os efeitos por mudança de prática contábil e a reavaliação da recuperabilidade dos ativos de tributos diferidos na Cnova N.V., Cnova Brasil e Cdiscount. Adicionalmente, nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 24 de fevereiro de 2016, parte desses efeitos já tinham sido identificados e registrados.

As tabelas abaixo reconciliam os valores finais apurados e os efeitos adicionais que foram registrados nestas demonstrações financeiras reapresentadas, além da alocação dos efeitos por exercício.

Contas	Apuração final	Ajustes efetuados e divulgados em 31/12/15 (i)	Outros ajustes efetuados (ii)	Mudança de prática contábil (iii)	Provisão de impostos de renda diferido (iv)	Efeito adicional
Ajustes decorrentes da investigação	357	(177)	(34)	-	-	146
Mudança de prática contábil	18	-	-	(18)	-	-
Reavaliação de imposto de renda diferido Cnova Brasil	84	-	-	-	(24)	60
Reavaliação de imposto de renda diferido Cnova N.V. e Cdiscount	98	-	-	-	-	98
Total	557	(177)	(34)	(18)	(24)	304

- (i) Ajustes identificados pelo time de investigação e registrados nas demonstrações financeiras originalmente publicadas em 24 de fevereiro de 2016, divulgados na nota explicativa nº 1.4;
- (ii) Ajustes já identificados e realizados em 31 de dezembro de 2015 no curso normal das operações, fora do processo de investigação;
- (iii) Mudança de prática contábil na apropriação de custos de armazenagem nos estoques, já registrada nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas de 31 de dezembro de 2015;
- (iv) Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia já havia realizado baixa parcial do imposto de renda diferido da Cnova Brasil, com base nos fatos e circunstâncias disponíveis à época;

Abaixo segue a abertura dos efeitos da investigação por ajuste e por ano.



# Companhia Brasileira de Distribuição

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações corporativas – Continuação

#### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

##### 31 de dezembro de 2015:

Contas	Estoques (a)	Fornecedores (b)	Baixa contas a receber de transportadoras (c)	Ajuste ativo fixo e intangíveis (d)	Ajustes contas a receber e pedidos pendentes (e)	Ajustes ICMS, frete, provisões e outros (f)	Total registrado 2015 - Previamente divulgado	Total ajustes investigação	Provisão adicional imposto de renda diferido Cnova Brasil e Cnova NV (g)	IAS 2 - Mudança de prática de estoques (h)	Ajustes Líquidos 2015
Receita de venda de bens e serviços	-	-	(60)	-	55	-	110	105	-	-	105
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(42)	1	22	4	-	(10)	98	73	-	(5)	68
Lucro Bruto	(42)	1	(38)	4	55	(10)	208	178	-	(5)	173
Despesas com vendas	-	-	17	(13)	7	(2)	(31)	(22)	-	-	(22)
Gerais e administrativas	-	-	-	(4)	-	(2)	-	(6)	-	-	(6)
Depreciação e amortização	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	2
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	(19)	-	1	-	(18)	-	18	-
Lucro antes do resultado financeiro	(42)	1	(21)	(30)	62	(13)	177	134	-	13	147
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)	-	-	(5)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(42)	1	(21)	(30)	62	(18)	177	129	-	13	142
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	(104)	-	(104)
Lucro líquido do exercício	(42)	1	(21)	(30)	62	(18)	177	129	(104)	13	38
Contas a receber	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)	-	-	(8)
Outras contas a receber	-	-	(58)	-	-	-	75	17	-	-	17
Estoques	(47)	-	-	-	-	(24)	47	(24)	-	-	(24)
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	(22)	-	(22)	-	-	(22)
Outros créditos	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Total do ativo circulante	(47)	-	(58)	-	-	(8)	122	(38)	-	-	(38)
Tributos a recuperar	-	-	-	-	4	18	-	22	-	-	22
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(158)	-	(158)
Imobilizado (nota nº25.9(iii))	-	-	-	(21)	-	-	-	(21)	-	-	(21)
Intangíveis	-	-	-	(66)	-	-	-	(66)	-	-	(66)
Total do ativo não circulante	-	-	-	(87)	4	18	-	(65)	(158)	-	(223)
Total do ativo	(47)	-	(58)	(87)	(4)	(29)	122	(103)	(158)	-	(261)
Fornecedores	-	49	-	-	-	29	(55)	23	-	-	23
Outras contas a pagar	-	-	-	-	18	2	-	20	-	-	20
Total do passivo circulante	-	49	-	-	18	31	(55)	43	-	-	43
Total do passivo	-	49	-	-	18	31	(55)	43	-	-	43
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas (Nota 25.9 (iii))	(47)	(49)	(58)	(87)	(22)	(60)	177	(146)	(158)	-	(304)
Total do passivo e patrimônio líquido	(47)	-	(58)	(87)	(4)	(29)	122	(103)	(158)	-	(261)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

31 de dezembro de 2014:

Contas	Estoques (a)	Fornecedores (b)	Baixa contas a receber de transportadoras (c)	Ajuste ativo fixo e intangíveis (d)	Ajustes contas a receber e pedidos pendentes (e)	Ajustes ICMS, frete, provisões e outros (f)	Total ajustes investigação	IAS 2 - Mudança de prática de estoques (h)	Total ajustes líquidos
Receita de venda de bens e serviços	-	-	(59)	-	(59)	-	(118)	-	(118)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(5)	(8)	3	(2)	-	(28)	(40)	10	(30)
Lucro Bruto	(5)	(8)	(56)	(2)	(59)	(28)	(158)	10	(148)
Despesas com vendas	-	-	(1)	(18)	(11)	-	(30)	-	(30)
Gerais e administrativas	-	-	-	(4)	-	2	(2)	-	(2)
Depreciação e amortização	-	-	-	2	-	-	2	-	2
Lucro antes do resultado financeiro	(5)	(8)	(57)	(22)	(70)	(26)	(188)	10	(178)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	2	2	-	2
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5)	(8)	(57)	(22)	(70)	(24)	(186)	10	(176)
Prejuízo do exercício	(5)	(8)	(57)	(22)	(70)	(24)	(186)	10	(176)
Contas a receber	-	-	-	-	(34)	-	(34)	-	(34)
Outras contas a receber	-	-	(37)	-	-	-	(37)	-	(37)
Estoques	(5)	-	-	-	-	(23)	(28)	(13)	(41)
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Total do ativo circulante	(5)	-	(37)	-	(34)	(24)	(100)	(13)	(113)
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	4	4	-	4
Intangíveis	-	-	-	(58)	-	11	(47)	-	(47)
Total do ativo não circulante	-	-	-	(58)	-	15	(43)	-	(43)
Total dos ativos	(5)	-	(37)	(58)	(34)	(9)	(143)	(13)	(156)
Fornecedores	-	50	-	-	-	21	71	-	71
Receitas a apropriar	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	53	10	63	-	63
Total do passivo circulante	-	50	-	-	53	29	132	-	132
Total do passivo circulante	-	50	-	-	53	29	132	-	132
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas	(5)	(50)	(37)	(58)	(87)	(38)	(275)	(13)	(288)
Total do passivo e patrimônio líquido	(5)	-	(37)	(58)	(34)	(9)	(143)	(13)	(156)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

1º de janeiro de 2014:

Contas	Fornecedores (b)	Baixa contas a receber de transportadoras (c)	Ajuste ativo fixo e intangíveis (d)	Ajustes contas a receber e pedidos pendentes (e)	Ajustes ICMS, frete, provisões e outros (f)	Total ajustes investigação	IAS 2 - Mudança de prática de estoques (h)	Total ajustes líquidos
Receita de venda de bens e serviços	-	16	-	1	-	17	-	17
Custo das mercadorias vendidas e/ou Lucro Bruto	1	(13)	(1)	-	(6)	(19)	(10)	(29)
	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>	<b>(6)</b>	<b>(2)</b>	<b>(10)</b>	<b>(12)</b>
Despesas com vendas	-	12	(11)	(2)	(1)	(2)	-	(2)
Gerais e administrativas	-	-	(4)	-	-	(4)	-	(4)
Depreciação e amortização	-	-	2	-	-	2	-	2
Prejuízo antes do resultado financeiro	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>(14)</b>	<b>(1)</b>	<b>(7)</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>(16)</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>(14)</b>	<b>(1)</b>	<b>(7)</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>(16)</b>
Prejuízo do exercício	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>(14)</b>	<b>(1)</b>	<b>(7)</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>(16)</b>
Contas a receber	-	-	-	32	-	32	-	32
Outras contas a receber	-	2	-	-	-	2	-	2
Estoques	-	-	-	-	2	2	(23)	(21)
Tributos a recuperar	-	-	-	-	2	2	-	2
Dividendos propostos	-	-	-	-	(12)	(12)	-	(12)
Outros créditos	-	-	-	-	13	13	-	13
Total do ativo circulante	-	<b>2</b>	-	<b>32</b>	<b>5</b>	<b>39</b>	<b>(23)</b>	<b>16</b>
Intangíveis	-	-	(34)	-	-	(34)	-	(34)
Total do ativo não circulante	-	-	<b>(34)</b>	-	-	<b>(34)</b>	-	<b>(34)</b>
Total do ativo	-	<b>2</b>	<b>(34)</b>	<b>32</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>(23)</b>	<b>(18)</b>
Fornecedores	42	-	-	-	20	62	-	62
Outras contas a pagar	-	-	-	31	-	31	-	31
Total do passivo circulante	<b>42</b>	-	-	<b>31</b>	<b>20</b>	<b>93</b>	-	<b>93</b>
Total do passivo circulante	<b>42</b>	-	-	<b>31</b>	<b>20</b>	<b>93</b>	-	<b>93</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas	(42)	2	(34)	1	(15)	(88)	(23)	(111)
Total do passivo e patrimônio líquido	-	<b>2</b>	<b>(34)</b>	<b>32</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>(23)</b>	<b>(18)</b>

- (a) A Administração da Cnova, suportada pelos escritórios de advocacia e consultores contratados, efetuou uma contagem completa do inventário físico em 31 de dezembro de 2015, de todas as sete centrais de distribuição da Cnova Brasil. Os resultados dessa contagem não indicaram qualquer discrepância significativa no número esperado de novos itens do estoque. Contudo, foram identificados produtos danificados e/ou retornados que a Administração decidiu por vender com descontos; esta decisão gerou uma provisão adicional para perdas com produtos com defeito;
- (b) A Administração da Cnova identificou lançamentos indevidos nos saldos de fornecedores e outras contas, decorrente da manipulação de relatórios gerando um complemento de contas a pagar a fornecedores;

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

- (c) A Administração da Cnova identificou um valor sobrestimado nas vendas líquidas e contas a receber. Conforme prática de atendimento ao cliente da Cnova Brasil, um cliente recebe um produto substituto quando é reportado que a mercadoria originalmente adquirida não foi entregue, foi recebida com danos ou em condições inadequadas. Essa venda secundária é cancelada quando a Cnova Brasil recebe de volta a mercadoria original. A Administração apurou que uma parte substancial das vendas secundárias não foi estornada mesmo nas situações em que a mercadoria original nunca ter retornado à Cnova Brasil. Embora existissem procedimentos para avaliar periodicamente retornos pendentes antigos para estimar as provisões, os procedimentos falharam em reverter às vendas secundárias.
- (d) Durante as investigações foi revelada a prática de capitalização de horas, que teriam sido gastas no desenvolvimento de softwares internos, sem que haja controles ou evidências que suportassem tais valores, bem como, a capitalização de despesas de consultores também sem a devida evidência de que o serviço foi dispendido com o intuito de desenvolvimento de softwares internos. Consequentemente, foi identificada a necessidade de ajuste aos saldos de intangíveis.  
  
Adicionalmente, como parte dos controles internos da Companhia, foram realizados e finalizados procedimentos de contagem de imobilizado e identificada a necessidade de constituir uma provisão para sua existência em 2015;
- (e) Devido ao cenário atual e as dúvidas inerentes sobre os controles, foram reperformadas conciliações de contas e extrações de relatórios suporte, revelando ajustes nas contas relacionadas de “contas a receber” e “pedidos a faturar”.
- (f) Valores também relacionados a reperformance de controles e extrações de relatórios revelando necessidade de provisões adicionais de despesas de fretes, reconciliação de saldos de ICMS e apropriação de receitas de bonificação de acordo com o giro dos estoques.
- (g) Com a evidência dos ajustes efetuados acima, performance operacional e necessidade de desenvolvimento de resultados futuros consistentes, a administração das subsidiárias Cnova Brasil, Cnova NV e Cdiscount decidiram pelo provisionamento de imposto de renda diferido ativo, no Brasil, Holanda e França, respectivamente;
- (h) Como resultado de uma análise de melhores práticas no segmento de e-commerce, a Companhia avaliou e concluiu que os custos de armazenagem e despacho aos estoques não deveriam ser incorporados à valorização dos estoques mas sim, registrados diretamente como despesas.

Por fim, a Administração da Companhia informa a conclusão dos trabalhos de investigações, avaliando e concluindo que os efeitos imputados a exercícios anteriores deveriam ser reapresentados em suas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, após considerações sobre aspectos quantitativos e qualitativos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações corporativas – Continuação

#### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

Segue demonstrado abaixo os efeitos de reapresentação nas linhas em que ocorreram mudanças:

Controladora:

31 de Dezembro de 2015:

<b>Ativo</b>	<b>Originalmente apresentado 31/12/2015</b>	<b>Total dos ajustes</b>	<b>Reapresentação 31/12/2015</b>
Investimentos	5.178	(29)	5.149
<b>Ativo total</b>	<b>21.428</b>	<b>(29)</b>	<b>21.399</b>
	<b>Originalmente apresentado 31/12/2015</b>	<b>Total dos ajustes</b>	<b>Reapresentação 31/12/2015</b>
Passivo não circulante	4.589	81	4.670
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10.464</b>	<b>(110)</b>	<b>10.354</b>
	<b>Originalmente apresentado 31/12/2015</b>	<b>Total dos ajustes</b>	<b>Reapresentação 31/12/2015</b>
Resultado de equivalência patrimonial	116	14	130
<b>Lucro Líquido</b>	<b>251</b>	<b>14</b>	<b>265</b>

31 de Dezembro de 2014:

<b>Ativo</b>	<b>Originalmente apresentado 31/12/2014</b>	<b>Total dos ajustes</b>	<b>Reapresentação 31/12/2014</b>
Investimentos	8.391	(103)	8.288
<b>Total dos ativos</b>	<b>23.226</b>	<b>(103)</b>	<b>23.123</b>
<b>Passivo</b>	<b>Originalmente apresentado 31/12/2014</b>	<b>Total dos ajustes</b>	<b>Reapresentação 31/12/2014</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10.580</b>	<b>(103)</b>	<b>10.477</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações corporativas – Continuação

#### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

1º de janeiro de 2014:

<b>Ativo</b>	<b>Originalmente apresentado 01/01/2014</b>	<b>Total dos ajustes</b>	<b>Reapresentação 01/01/2014</b>
Investimentos	7.774	(84)	7.690
<b>Total dos ativos</b>	<b>22.213</b>	<b>(84)</b>	<b>22.129</b>

  

<b>Passivo</b>	<b>Originalmente apresentado 01/01/2014</b>	<b>Total dos ajustes</b>	<b>Reapresentação 01/01/2014</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>9.483</b>	<b>(84)</b>	<b>9.399</b>

Consolidado:

31 de Dezembro de 2015:

	<b>Originalmente apresentado 31/12/2015</b>	<b>Total ajustes investigação</b>	<b>Provisão para não realização imposto de renda diferido</b>	<b>Reapresentação 31/12/2015</b>
<b>Ativo</b>				
Circulante				
Contas a Receber	3.218	(8)	-	3.210
Outras contas a receber	358	17	-	375
Estoques	8.989	(24)	-	8.965
Tributos a recuperar	1.102	(22)	-	1.080
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>24.998</b>	<b>(38)</b>	<b>-</b>	<b>24.960</b>
Não Circulante				
Tributos a recuperar	2.445	22	-	2.467
Impostos de renda e contribuição social diferidos	564	-	(158)	406
Imobilizado	10.398	(21)	-	10.377
Intangíveis	6.609	(66)	-	6.543
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>22.504</b>	<b>(65)</b>	<b>(158)</b>	<b>22.281</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>47.502</b>	<b>(103)</b>	<b>(158)</b>	<b>47.241</b>

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas – Continuação

	Originalmente apresentado 31/12/2015	Total ajustes investigação	Provisão para não realização imposto de renda diferido	Reapresentação 31/12/2015
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	15.485	23	-	15.508
Receitas a apropriar	420	-	-	420
Outras contas a pagar	1.128	20	-	1.148
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>25.230</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>25.273</b>
Participação de acionistas controladores	10.464	(53)	(57)	10.354
Participação de acionistas não controladores	3.192	(93)	(101)	2.998
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>13.656</b>	<b>(146)</b>	<b>(158)</b>	<b>13.352</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>47.502</b>	<b>(103)</b>	<b>(158)</b>	<b>47.241</b>

Contas	Originalmente apresentado 31/12/2015	Total ajustes investigação	Provisão para não realização imposto de renda diferido	IAS 2 Mudança de prática contábil	Reapresentação 31/12/2015
Receita de venda de bens e serviços	69.115	105	-	-	69.220
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(53.002)	73	-	(5)	(52.934)
<b>Lucro bruto</b>	<b>16.113</b>	<b>178</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>16.286</b>
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	(11.291)	(22)	-	-	(11.313)
Gerais e administrativas	(1.711)	(6)	-	-	(1.717)
Depreciação e amortização	(963)	2	-	-	(961)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(684)	(18)	-	18	(684)
	<b>(14.537)</b>	<b>(44)</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>(14.563)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.576</b>	<b>134</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>1.723</b>
Resultado financeiro, líquido	(1.648)	(5)	-	-	(1.653)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(72)</b>	<b>129</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>70</b>
Imposto de renda e contribuição social	(242)	-	(104)	-	(346)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(314)</b>	<b>129</b>	<b>(104)</b>	<b>13</b>	<b>(276)</b>
<b>Atribuível:</b>					
Acionistas controladores da Companhia	251	47	(37)	4	265
Participação dos acionistas não controladores	(565)	83	(67)	8	(541)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Nova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

#### Demonstração do Fluxo de Caixa

	Originalmente publicado 31/12/2015	Total ajustes	Reapresentação 31/12/2015
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.647	(15)	4.632
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.867)	15	(1.852)

#### Demonstração do Valor adicionado

	Originalmente Publicado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015
Receitas	76.401	99	76.500
Insumos adquiridos de terceiros	(60.599)	62	(60.537)
Valor adicionado bruto	15.802	161	15.963
Valor adicionado total a distribuir	15.604	161	15.765

#### 31 de Dezembro de 2014:

	Originalmente Apresentado 31/12/2014	Total ajustes investigação	IAS 2 - Mudança de prática contábil	Reapresentação 31/12/2014
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Contas a receber	3.210	(34)	-	3.176
Outras contas a receber	295	(37)	-	258
Estoques	8.405	(28)	(12)	8.364
Tributos a recuperar	808	(1)	-	807
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>24.133</b>	<b>(100)</b>	<b>(12)</b>	<b>24.021</b>
<b>Intangíveis</b>	<b>6.495</b>	<b>(47)</b>	<b>-</b>	<b>6.448</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>21.367</b>	<b>(43)</b>	<b>-</b>	<b>21.324</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>45.500</b>	<b>(143)</b>	<b>(12)</b>	<b>45.345</b>



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas - Continuação

Passivo	Originalmente apresentado 31/12/2014	Total ajustes investigação	IAS 2 Mudança de prática contábil	Reapresentação 31/12/2014
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	13.322	71	-	13.393
Receitas a apropriar	214	(2)	-	212
Outras contas a pagar	652	63	-	715
Total do passivo circulante	23.848	133	-	23.981
<b>Reservas de lucros</b>	3.505	(91)	(12)	3.402
Participação de acionistas controladores	10.580	(91)	(12)	10.477
Participação de acionistas não controladores	3.902	(185)	-	3.717
Total do patrimônio líquido	14.482	(276)	(12)	14.194
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	45.500	(143)	(12)	45.345

### Demonstração do Resultado:

	Originalmente apresentado 31/12/2014	Total ajustes investigação	IAS 2 Mudança de prática contábil	Reapresentação 31/12/2014
Receita de venda de bens e serviços	65.525	(118)	-	65.407
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(48.580)	(40)	10	(48.610)
Lucro bruto	16.945	(158)	10	16.797
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas com vendas	(10.303)	(30)	-	(10.333)
Gerais e administrativas	(1.484)	(2)	-	(1.486)
Depreciação e amortização	(821)	2	-	(819)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(441)	-	-	(441)
	(12.941)	(30)	-	(12.971)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	4.004	(188)	10	3.826
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	(1.508)	2	-	(1.506)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	2.496	(186)	10	2.320
Imposto de renda e contribuição social	(736)	-	-	(736)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.760	(186)	10	1.584
<b>Atribuível:</b>				
Acionista controladores da Companhia	1.270	(67)	4	1.207
Participação dos acionistas não controladores	490	(120)	7	377

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas – Continuação

#### Demonstração do Fluxo de Caixa:

	Originalmente apresentado 31/12/2014	Total ajustes	Reapresentação 31/12/2014
Caixa líquido gerado atividades operacionais	5.016	(26)	4.990
Caixa líquido aplicado atividades de investimento	(1.650)	26	(1.624)

#### Demonstração do Valor Adicionado:

	Originalmente apresentado 31/12/2014	Total ajustes	Reapresentação 31/12/2014
Receitas	72.299	(139)	72.160
Insumos adquiridos de terceiros	(56.079)	(50)	(56.129)
Valor adicionado bruto	16.220	(189)	16.031
Valor adicionado total a distribuir	16.093	(194)	15.899

#### 1º de janeiro de 2014:

	Originalmente apresentado 01/01/2014	Total ajustes investigação	IAS 2 Mudança de prática contábil	Reapresentação 01/01/2014
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Contas a Receber	2.516	32	-	2.548
Outras contas a receber	227	2	-	229
Estoques	6.382	2	(23)	6.361
Tributos a recuperar	908	2	-	910
Dividendos a receber	12	(12)	-	-
Outros créditos	42	13	-	55
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>18.609</b>	<b>39</b>	<b>(23)</b>	<b>18.625</b>
<b>Não Circulante</b>				
Intangíveis	5.701	(34)	-	5.667
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>19.398</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>	<b>19.364</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>38.007</b>	<b>5</b>	<b>(23)</b>	<b>37.989</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações corporativas – Continuação

#### 1.5 Investigação Cnova e reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas – Continuação

	Originalmente apresentado 01/01/2014	Total ajustes investigação	IAS 2 Mudança de prática contábil	Reapresentação 01/01/2014
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	8.547	62	-	8.609
Outras contas a pagar	783	31	-	814
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>17.010</b>	<b>93</b>	<b>-</b>	<b>17.103</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>12.712</b>	<b>(89)</b>	<b>(22)</b>	<b>12.601</b>
Participação de acionistas não controladores	3.229	(27)	-	3.202
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>38.007</b>	<b>4</b>	<b>(22)</b>	<b>37.989</b>

## **Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emanadas do IASB, tal como pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ( Lei 6.404/76 e Documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de Reais. A moeda funcional da Companhia é o Real. A moeda funcional das subsidiárias localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 como originalmente emitidas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2016. Estas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 reapresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2016 e refletem o efeito de ajustes nas demonstrações financeiras descritos na Nota 1.5.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de consolidação

### 3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Companhia	Participação Indireta	Companhia	Participação Indireta
<b>Controladas</b>				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10	-	10	-
Sé Supermercado Ltda. ("Sé") (****)	-	-	100	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100	-	100	-
Bellamar Empreend. e Participações Ltda. ("Bellamar")	100	-	100	-
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100	-	100	-
CBD Holland B.V. ("CBD Holland")	100	-	100	-
CBD Panamá Trading Corp. ("CBD Panamá")	-	100	-	100
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	68,86	31,14	68,86	31,14
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100	-	100
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	99,99	0,01	100	-
GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	100	-	100	-
Posto Ciara Ltda. ("Posto Ciara")	100	-	100	-
Auto Posto Império Ltda. ("Posto Império")	100	-	100	-
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda. ("Posto Duque Salim Maluf")	100	-	100	-
Auto Posto Duque Santo André Ltda. ("Posto Duque Santo André")	100	-	100	-
Auto Posto Duque Lapa Ltda. ("Posto Duque Lapa")	100	-	100	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Holding") (*) (****)	-	-	47,48	23,9
Marnelectro S.A.R.L. ("Luxco")	53,2	19,03	2,65	68,87
Marnelectro B.V. ("Dutchco")	-	72,23	-	71,52
Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	-	36,09	-	35,73
Cnova Comércio Eletrônico S/A ("Cnova Comércio Eletrônico")	-	36,09	-	35,73
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A. ("E - Hub")	-	36,09	-	35,73
Nova Experiência PontoCom S.A. ("Nova Experiência")	-	36,09	-	35,73
Cdiscount S.A. ("CDiscount")	-	36,09	-	35,73
Cnova Finança B.V. ("Cnova Finança")	-	36,09	-	-
Financière MSR S.A.S. ("Financière")	-	36,02	-	35,67
E-Trend SAS France ("E-Trend") (***)	-	-	-	35,67
Cdiscount Afrique S.A.S. ("CDiscount Afrique")	-	36,02	-	35,67
CD Africa SAS ("CD Africa")	-	30,62	-	-
Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional")	-	36,02	-	35,67
C-Distribution Asia Pte. Ltd. Singapore ("C-Distribution Asia")	-	21,61	-	21,4
CLatam AS Uruguay ("CLatam")	-	25,21	-	-
Cdiscount Colombia S.A.S. ("CDiscount Colombia")	-	18,38	-	18,2
C Distribution Thailand Ltd. ("C Distribution Thailand")	-	15,13	-	14,98
E-Cavi Ltd Hong Kong ("E-Cavi")	-	17,29	-	-
Cdiscount Vietnam Co Ltd. ("CDiscount Vietnam")	-	17,29	-	17,12
Cnova France SAS ("Cnova France")	-	36,09	-	-
Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("CDiscount Côte") (**)	-	30,62	-	-
Cdiscount Sénégal SAS ("CDiscount Sénégal") (**)	-	30,62	-	-
Cdiscount Panama S.A. ("CDiscount Panama") (**)	-	25,21	-	-
Cdiscount Cameroun SAS ("CDiscount Cameroun") (**)	-	30,62	-	-

(\*) Desconsiderando as ações em tesouraria.

(\*\*) Empresas consolidadas no segmento do comércio eletrônico localizada no exterior, empresas sobre as quais a Companhia não detinha participação em 2014 e foram criadas no decorrer de 2015.

(\*\*\*) A subsidiária Cdiscount vendeu 100% de participação na empresa E-trend para o controlador Casino pelo montante de R\$99, com efeito líquido no resultado de R\$2. As vendas líquidas desta entidade representam R\$49 no período findo de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2015.

(\*\*\*\*) Empresa incorporada (vide nota 1.3). Estas incorporações não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras consolidadas e no resultado e patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Base de consolidação – Continuação

#### 3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas – Continuação

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Companhia	Participação Indireta	Companhia	Participação Indireta
<b>Controladas – Continuação</b>				
Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora") (**)	-	25,21	-	-
Cdiscount Uruguay S.A. ("CDiscount Uruguay") (**)	-	25,21	-	-
Monconerdecoc.com (Cdiscount Moncorner Deco) ("Monconerdecoc.com") (**)	-	27,18	-	-
Cdiscount Moncorner ("CDiscount Moncorner") (**)	-	35,87	-	-
3W SAS ("3W") (**)	-	35,87	-	-
3W Santé SAS ("3W Santé") (**)	-	33,18	-	-
Via Varejo S.A. ("Via Varejo")	43,35	-	43,35	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	43,35	-	43,35
VVLOG Logística Ltda. (PontoCred Negócio de Varejo Ltda.) ("VVLOG Logística")	-	43,35	-	43,35
Globex Adm e Serviços Ltda. ("Globex Adm")	-	43,35	-	43,35
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda. ("Lake Niassa")	-	43,35	-	43,35
Globex Adm. Consórcio Ltda. ("Globex Adm. Consórcio")	-	43,35	-	43,35
<b>Associadas</b>				
Financeira Itaú CBD S/A Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	41,93	-	41,93
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	21,67	-	21,67
FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	-	41,93	-	41,93

(\*\*) Empresas consolidadas no segmento do comércio eletrônico localizada no exterior, empresas sobre as quais a Companhia não detinha participação em 2014 e foram criadas no decorrer de 2015.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual devido pelo GPA ou suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido.

Em algumas subsidiárias a Companhia tem ações abaixo de 50% de participação total (ordinárias mais preferenciais), no entanto, detém maioria de voto através de ações ordinárias a acordo de acionistas que permite a consolidação.

#### 3.2 Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia, bem como os procedimentos para consolidação integral, segue os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Base de consolidação – Continuação

#### 3.2 Subsidiárias – Continuação

##### (i) Novasoc

A participação da Companhia na Novasoc representa 10% de suas quotas, mas a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. O contrato social da Novasoc prevê que, a alocação de seu resultado líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detido na sociedade, sendo atribuído 99,98% à Companhia.

##### (ii) Via Varejo

A Companhia detém 43,35% de participação no capital social da Via Varejo e 62% sobre as ações com direito a voto, conferindo-lhe o controle dessa subsidiária.

##### (iii) Sé Supermercados e Sendas

A Companhia detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no Estado do Rio de Janeiro. Adicionalmente, a Sé Supermercados operava supermercados e hipermercados predominantemente no Estado de São Paulo, sendo incorporada em 22 de dezembro de 2015, conforme nota 1.3.

##### (iv) Barcelona e Xantocarpa

A Companhia detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social destas entidades que combinadamente tem a operação do segmento de atacado de autosserviços sob bandeira "ASSAÍ".

##### (v) GPA M&P

O GPA M&P tem por objetivo gerir e explorar as atividades imobiliárias da Companhia.

##### (vi) Nova Holding e Cnova Holanda

Nova Holding é a *holding* das empresas de comércio eletrônico para consumidores finais por meio dos sites: [www.extra.com.br](http://www.extra.com.br), [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br), [www.casasbahia.com.br](http://www.casasbahia.com.br), [www.barateiro.com.br](http://www.barateiro.com.br) e [www.partiuviaagens.com.br](http://www.partiuviaagens.com.br), além das empresas do Grupo Cdiscount, conforme divulgado na nota explicativa nº13.1. A Nova Holding foi incorporada em 22 de dezembro de 2015 e a Companhia passou a exercer o controle da subsidiária Cnova N.V., através das Holdings Marneylectro S.A.R.L. e Marneylectro B.V..

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Base de consolidação – Continuação

#### 3.3 Coligadas - BINV e FIC

Os tratamentos contábeis utilizados pela Companhia para fins de apuração dos efeitos provenientes de suas coligadas, que representam entidades em que a Companhia exerce influência significativa, mas não possui o controle sobre suas atividades, seguem as determinações do CPC 18 R2 (IAS 28), sendo:

- Reconhecimento inicial pelo custo ou valor justo, conforme cada caso, e seus resultados são contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial.
- Alterações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das coligadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.
- Eventuais ganhos ou perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as coligadas são eliminados na medida da participação nas coligadas.
- As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo.

A Companhia tem participação relevante nas decisões operacionais da FIC através do Conselho de Administração dessa associada.

As demonstrações financeiras resumidas da FIC são as seguintes:

	<b>FIC</b>	
	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Ativo circulante	<b>3.894</b>	3.815
Ativo não circulante	<b>38</b>	35
Ativo total	<b>3.932</b>	3.850
Passivo circulante	<b>3.070</b>	2.963
Passivo não circulante	<b>15</b>	15
Patrimônio líquido	<b>847</b>	872
Total passivo e patrimônio líquido	<b>3.932</b>	3.850
<b>Demonstração do resultado:</b>		
Receitas	<b>1.118</b>	1.025
Resultados operacionais	<b>370</b>	397
Lucro líquido do exercício	<b>226</b>	220

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco, por ser originária da aquisição original da entidade pelo Banco.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis

### 4.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato nos quais são parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado são mensurados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial pela taxa de juros efetiva. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como receitas e despesas financeiras.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pelo não recebimento de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia e suas subsidiárias não conseguiram receber todos os montantes a vencer com base em suas datas de vencimento. Para o cálculo, a Companhia considera o histórico de perdas, informações estatísticas históricas, aging dos valores a receber e a avaliação da probabilidade de deterioração adicional da carteira, levando em consideração fatores macro-econômicos e de mercado. Quando o recebimento das contas a receber é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica de despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício.

A nota explicativa nº18 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

#### (i) *Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias que estão no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) disponível para venda, e (iv) investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração -- Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

##### Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva; e
- Disponível para venda: não atendem os critérios de classificação nas demais categorias. São avaliados pelo valor justo, porém com ajuste reconhecido em conta destacada do patrimônio líquido.

##### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Desreconhecimento de ativos financeiros – Continuação

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não – a Companhia e suas subsidiárias o classificam em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros - Continuação

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos, financiamentos ou valor justo através do resultado designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por compra de ativos e instrumentos financeiros derivativos.

##### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

##### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (ii) *Passivos financeiros* – Continuação

##### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### 4.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação das respectivas moedas nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

### 4.3 Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais políticas contábeis – Continuação

#### 4.3 Contabilização de *hedge* - Continuação

- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

#### 4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

#### 4.5 Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

A cada fechamento dos balanços a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de clientes baseia-se em um histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, além da avaliação de eventos macroeconômicos como índice de desemprego, e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.6 Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

### 4.7 Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado na medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas entre outros e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores líquidos dos valores a receber de bonificação.

### 4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Até 2014, a Companhia registrava o ajuste a valor presente (“AVP”) sobre os recebíveis de cartão de crédito parcelado sem juros, mesmo considerando que os recebíveis não eram de longo prazo (média de recebimento de 4 meses) e os efeitos não relevantes de curto prazo. A reversão do ajuste constituído ocorria na receita líquida de vendas e serviços, uma vez que o financiamento a clientes faz parte de suas atividades operacionais. Em 2015, a prática de AVP dos recebíveis de cartão de crédito de curto prazo foi descontinuada, devido sua baixa significância sobre as demonstrações financeiras, custo de controle dos saldos e consequente irrelevância das informações para compreensão das operações da Companhia.

Os ativos e passivos de longo prazo continuam a ser ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

### 4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (“*impairment test*”) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Continuação

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

### 4.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

<b>Categoria dos ativos</b>	<b>Taxa média de depreciação anual</b>
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,41%
Equipamentos de processamento de dados	20,93%
Software	11,81%
Instalações	7,88%
Móveis e utensílios	10,58%
Veículos	21,52%
Máquinas e equipamentos	9,22%
Decoração	20,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2015 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

### 4.11 Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.12 Propriedade para investimentos

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e ou das perdas por não recuperação, se houver.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e neste caso é classificada como ativo não circulante disponível para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa.

### 4.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos) de acordo com a taxa de amortização descrita no quadro acima, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

### 4.14 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.15 Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia e suas subsidiárias substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia e suas subsidiárias obterão a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os alugueis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de alugueis.

Os alugueis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

### 4.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

### 4.18 Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

### 4.19 Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

No caso de aquisição de ações da própria Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou recolocadas no mercado. Quando essas ações são posteriormente realocadas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

### 4.20 Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) podem receber pagamento baseado em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

#### *Operações liquidadas com ações*

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.20 Pagamento baseado em ações – Continuação

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº30).

### 4.21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício e as ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- *numerador*: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias; e
- *denominador*: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.22 Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia e suas subsidiárias avaliam seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia e suas subsidiárias concluíram que atuam na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a intermediação de vendas de garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros, entre outros. Nesse caso especificamente, a Companhia e suas subsidiárias atuam como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

#### (i) *Receita*

##### a) *Vendas de mercadorias*

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

##### b) *Receita de prestação de serviços*

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias como estipulantes nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia e suas subsidiárias, bem como seus valores possam ser confiavelmente mensurados.

##### c) *Receita de serviços financeiros*

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia e suas subsidiárias, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto, na demonstração do resultado do exercício.

##### d) *Receita de juros*

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais políticas contábeis – Continuação

#### 4.22 Apuração do lucro líquido – Continuação

##### (i) *Receita*

###### e) Receita de permuta

As receitas são reconhecidas: (i) no momento de conclusão da permuta dos terrenos de propriedade do GPA M&P pelo valor justo da contraprestação recebida na data da permuta; (ii) pela entrega das unidades vendidas pelo GPA M&P. O custo das unidades vendidas compreende o valor justo da permuta inicialmente reconhecida.

###### f) Devoluções e cancelamentos

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos quando a venda é incorrida, as estimativas são baseadas nos volumes de vendas e histórico de devoluções em cada segmento de negócio. A receita é contabilizada líquida das devoluções e cancelamentos.

##### (ii) *Custo das mercadorias vendidas*

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

##### (iii) *Despesas com vendas*

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* se referem a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores recebidos de fornecedores, em cooperação.

##### (iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, Tecnologia da Informação ("TI") e atividades financeiras.

##### (v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não usuais ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.22 Apuração do lucro líquido – Continuação

#### *(vi) Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

### 4.23 Tributação

#### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

#### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais políticas contábeis – Continuação

#### 4.23 Tributação – Continuação

##### *Imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação*

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para aplicação no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

##### *Outros impostos*

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

#### 4.24 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.24 Combinações de negócios e ágio – Continuação

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

### 4.25 Contabilização de participações societárias a custo, decorrentes de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre controle comum. Estas transações não se qualificam como combinação de negócios nos termos do CPC 15(R1)/ IFRS 3.

### 4.26 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço;
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em Reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorreram, quando então é utilizada a taxa da data da transação;

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.26 Conversão de moeda estrangeira – Continuação

- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Efeitos da conversão do investimento em uma operação estrangeira são reconhecidos em componentes separados do patrimônio líquido e reclassificados ao resultado do exercício quando da baixa do investimento.

Transações em moedas estrangeiras (ou seja, transações em moeda diferente da moeda funcional da entidade) são traduzidas por reais usando a taxa de conversão na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos a taxa de fechamento e a variação cambial resultante é registrada no resultado financeiro. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos à taxa da transação.

### 4.27 Plano de pensão

O plano de pensão, custeado por meio de pagamentos a seguradoras, é classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33(R1)/ (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual uma entidade paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia e suas subsidiárias não têm qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano.

O plano de benefício definido é oferecido somente aos colaboradores das investidas do GPA sediadas na França, uma vez que seus empregados são elegíveis a uma compensação a ser paga na aposentadoria. A obrigação das entidades francesas é medida usando o método do crédito unitário projetado baseado nas provisões do plano existente. De acordo com este método, cada período de serviço dá direito a uma unidade de benefício e cada unidade é medida separadamente para medir a obrigação final. A obrigação final é então descontada a valor presente. A obrigação é avaliada por atuários independentes, no mínimo, anualmente. As premissas consideradas incluem: taxa esperada de aumento futuro do salário, estimativa média de tempo de trabalho dos empregados, expectativa de vida e giro médio dos empregados.

Ganhos e perdas atuariais surgem dos efeitos de mudanças em premissas atuariais e histórico dos ajustes (diferenças entre resultados baseados entre premissas atuárias anteriores e dados históricos). Todos ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido.

O custo do serviço passado relacionado ao aumento em uma obrigação seguindo a introdução de um novo plano de benefícios, ou modificação de um plano existente, é reconhecido no resultado do exercício.

Despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidas em despesas operacionais (custo de serviço) ou outras receitas ou despesas financeiras (líquidos dos ativos e das obrigações do plano).

Contingenciamento, liquidação e custo do serviço passado são reconhecidos em despesas operacionais ou outras despesas e receitas financeiras dependendo de sua natureza. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é medido pelo valor presente da obrigação.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais políticas contábeis – Continuação

#### 4.28 Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia e por suas subsidiárias para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia e suas subsidiárias concedem créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços, em compras subsequentes.

A Companhia e suas subsidiárias estimam o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade “Programa Mais” e “Clube Extra”, aplicando técnicas estatísticas, considerando o prazo de vencimentos dos pontos de dois anos conforme definido no regulamento, os percentuais de conversão de pontos em descontos, e o custo de conversão dos pontos que se inicia pela conversão de 3.000 pontos por R\$20,00 (Vinte reais) e 750 pontos por R\$5,00 (Cinco reais) em produtos para os “Programa Mais” e “Clube Extra”, respectivamente.

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem os pontos inicialmente concedidos e a reversão de pontos expirados na receita líquida.

#### 4.29 Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

#### 5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2015, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2014. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2010-2012	Mudanças ao IFRS 2 – Definições de condições de <i>vesting</i> , mercado e performance, IFRS 3 – Descreve mudanças na medição de considerações contingentes, IFRS 8 – Requer divulgações do julgamento da administração na aplicação do conceito de agregação, IFRS 13 – mensuração de valores a receber e a pagar de curto prazo, IAS 16 e IAS 38 – reavaliação de ativos e IAS 24 – Divulgação de entidades prestando serviços de gerenciamento.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2011-2013	Mudanças ao IFRS 1 – Define as versões do IFRS que podem ser usados na adoção inicial, IFRS 3 – Clarifica que estão excluídas do escopo a formação de acordo conjunto; IFRS 13 – Clarifica a exceção do parágrafo 52, IAS 40 – Clarifica a inter-relação do IFRS 3 e IAS 40 em certos casos.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Modificações ao IAS 19 – Plano de Benefício Definidos	Clarifica como contribuições devem ser mostradas como redução do custo de serviço.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.

Em 12 de agosto de 2014, o IASB publicou alterações no IAS27, incluindo o método de equivalência patrimonial como umas das opções contábeis para avaliação de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Essas alterações serão efetivas para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.

Em dezembro de 2014, o CPC editou e emitiu documento de que altera os Pronunciamentos Técnicos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, incorporando no Brasil as alterações introduzidas pelo IASB no IAS27, o qual foi aprovado pela CVM por meio da Deliberação nº 733/14, para demonstrações financeiras elaboradas a partir de dezembro de 2014.

A Companhia adotou este pronunciamento, embora não haja efeitos práticos, uma vez que para a elaboração das demonstrações financeiras individuais já adotava o método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Como esta alteração, ficou eliminada a diferença entre os CPCs e IFRSs em relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras individuais.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

#### 5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2012-2014	Mudanças à IFRS 5 - Situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - Clarificação se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido; IAS 9 Considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós-emprego e IAS 34.	01/01/2016
Modificações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgações	Melhorias no que tange a aplicação do conceito de materialidade na prática.	01/01/2016
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	01/01/2018
Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i>	Requer reconhecimento no resultado nas demonstrações financeiras do investidor da venda ou contribuição que constitua um negócio (IFRS 3), e reconhecimento parcial no resultado na extensão que não constitui um negócio.	01/01/2016
Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicação da Exceção para Consolidação.	Esclarece a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas envolvendo entidades de investimento.	01/01/2016
Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto.	Requer de um adquirente de operação conjunta cuja operação constitua um negócio (IFRS 3) a aplicar todo o conceito de combinação de negócios, exceto pelos conceitos em conflito com IFRS 11.	01/01/2016
Modificações às IAS 16 e IAS 38 - Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Clarifica que o uso de depreciação e amortização pela curva da receita é inapropriado.	01/01/2016
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida. Introduz também novas divulgações.	01/01/2018
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

### 5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas – Continuação

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos acima, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção. Especificamente em relação ao IFRS 16, a Administração da Companhia estima que a sua adoção trará impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Até presente data não foram mensurados os efeitos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

### 6.1 *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – a Companhia como arrendatária*

A Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e das recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

### 6.2 *Redução ao valor recuperável - “impairment”*

Conforme método divulgado na nota 4.9, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às Unidades Geradoras de Caixa - UGC (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das UGCs com um múltiplo de venda (30% a 35%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGCs com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 3;
- Passo 2: para uma seleção das UGCs localizadas em imóveis próprios (lojas próprias) obtivemos um laudo de avaliação elaborado por especialistas independentes e caso ainda permanecesse o indicativo de *impairment*, efetuamos os mesmos procedimentos utilizados para as UGCs de terceiros, descrito no Passo 3; e
- Passo 3: elaboração de fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de Vendas entre 6,7% e 8% (5,9% e 7,5% em 31 de dezembro de 2014) para os próximos 5 anos. A taxa de desconto utilizada foi 12,5% (11,37% em 31 de dezembro de 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

#### 6.2 Redução ao valor recuperável - “impairment” -- continuação

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado às unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, sendo Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,5% (11,37% em 31 de dezembro de 2014), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,2% para o Varejo e Eletro e de 8% para o Atacado (6,7% em 31 de dezembro de 2014). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A marca do atacado de Autosserviço refere-se a “ASSAÍ”, e as marcas do eletro referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dada à vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento perpétuo de 6,6% (6,7% em 31 de dezembro de 2014). A taxa de royalty utilizada foi 0,4% para marca “ASSAÍ”, 0,7% para o “PONTO FRIO” e 0,9% para “CASAS BAHIA”.

#### 6.3 Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia e de suas subsidiárias resultam em um benefício fiscal de R\$232 (R\$354 em 31 de dezembro de 2014) em 31 de dezembro de 2015. Para os casos onde não se consegue justificar a realização, o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos é baixado ou provisionado e em 31 de dezembro de 2015 foi registrada provisão para não realização de R\$232. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização conforme definido em lei é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº 20 fornece outros detalhes sobre impostos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

#### 6.4 Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

#### 6.5 Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 25.5.

#### 6.6 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 22), sendo que as provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

#### 6.7 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A subsidiária Via Varejo possui saldos a receber de vendas efetuadas por meio de carnês, cuja estimativa de perda sobre esta carteira é efetuada de acordo com um percentual esperado, que é obtido através da observação do comportamento das carteiras nos últimos meses e atualizado a cada fechamento contábil.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

#### 6.8 Tributos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e Cofins. A realização destes impostos é efetuada tendo-se como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

#### 6.9 Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda, exceto pelo negócio de *e-commerce*, que não efetua esta alocação dos gastos aos estoques, cujo entendimento da aplicação é distinto. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

Taxa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e contas bancárias – Brasil	171	131	409	384
Caixa e contas bancárias – Exterior (*)	-	-	131	368
Aplicações financeiras – Brasil (**)	2.076	2.792	10.446	9.761
Aplicações financeiras – Exterior 1% a.a.	-	-	29	636
	2.247	2.923	11.015	11.149

(\*) Do total de Caixa e contas bancárias de R\$131, R\$28 estão aplicados no Panamá em Dólares Americanos. O restante e as Aplicações financeiras – Exterior, estão em Euros, nas entidades que fazem parte do segmento do comércio eletrônico localizada no exterior.

(\*\*) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 são substancialmente operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 100,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015 Reapresentação	31.12.2014 Reapresentação
Administradoras de cartões de crédito (nota 8.1)	94	57	664	191
Tickets de vendas	80	75	189	169
Financiamento ao consumidor - CDCI (nota 8.2)	-	-	1.877	2.268
Contas a receber de clientes - Negócio Atacado	-	-	355	316
Cartão de crédito próprio	35	20	35	20
Contas a receber de partes relacionadas (nota 12.2)	59	115	66	28
Contas a receber de fornecedores	119	36	164	256
Garantia estendida	-	-	211	237
Outras contas a receber	-	2	28	35
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8.3)	-	-	(379)	(344)
Circulante	387	305	3.210	3.176
Financiamento ao consumidor - CDCI (nota 8.2)	-	-	111	115
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8.3)	-	-	(13)	(10)
Não circulante	-	-	98	105
	387	305	3.308	3.281

#### 8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias mediante estratégia de gerenciamento de caixa vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada.

#### 8.2 Financiamento ao consumidor - CDCI - Via Varejo

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses. Sobre esses valores incidem juros previstos contratualmente, cuja receita é reconhecida pelo método de apropriação de juros, pela fluência do prazo.

A Via Varejo mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (vide nota explicativa nº 17).

#### 8.3 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015 Reapresentação	31.12.2014 Reapresentação
<b>No início do exercício</b>	-	(3)	(354)	(239)
Perdas/reversão registrada no exercício	(2)	-	(556)	(522)
Baixas de contas a receber	2	3	544	494
Reorganização societária (nota 13)	-	-	-	(82)
Variação cambial	-	-	(26)	(5)
<b>No fim do exercício</b>	-	-	(392)	(354)
Circulante	-	-	(379)	(344)
Não circulante	-	-	(13)	(10)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Contas a receber – Continuação

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
<b>31.12.2015 - reapresentação</b>	<b>3.700</b>	<b>3.252</b>	<b>133</b>	<b>82</b>	<b>52</b>	<b>181</b>
<b>31.12.2014 - reapresentação</b>	<b>3.635</b>	<b>3.199</b>	<b>141</b>	<b>60</b>	<b>39</b>	<b>196</b>

### 9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
Contas a receber referente à venda de ativo imobilizado	20	11	38	45
Verba cooperada com fornecedores (nota 9.2)	-	-	21	30
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	11
Adiantamento de aluguel	11	14	11	14
Valores a receber – Audax	7	7	13	13
Valores a ressarcir	37	29	115	108
Aluguéis a receber	68	38	86	51
Contas a receber - Paes Mendonça (nota 9.1)	-	-	532	532
Contas a receber por venda de sociedades (nota 9.3)	52	54	105	54
Outras	5	4	79	36
	<b>200</b>	<b>157</b>	<b>1.000</b>	<b>894</b>
Circulante	133	75	375	258
Não circulante	67	82	625	636

#### 9.1 Contas a receber - Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são garantidas por direitos de locação comercial ("Fundo de Comércio") de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, Novasoc, Sendas e Xantocarpa. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, que atualmente encontram-se sob renovação tácita sob as mesmas condições anteriormente pactuadas e foram mantidas no ativo não circulante devido à possibilidade de sua conversão em fundo de comércio das lojas alugadas.

#### 9.2 Verbas cooperadas com fornecedores

A verba cooperada a receber de fornecedores é decorrente do atendimento a volume de compras, proteção de preços, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade.

#### 9.3 Contas a receber por venda de sociedades

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
Lojas (nota 10.1)	1.703	1.510	4.323	4.089
Centrais de distribuição (nota 10.1)	1.139	987	4.627	4.366
Estoques de imóveis em construção (nota 10.3)	-	-	165	172
Perdas com obsolescência e quebras (nota 10.2)	(14)	(10)	(150)	(91)
	<b>2.828</b>	<b>2.487</b>	<b>8.965</b>	<b>8.536</b>
Circulante	2.828	2.487	8.965	8.364
Não circulante	-	-	-	172

#### 10.1 Bonificações nos estoques e custos de armazenagem

A Companhia e suas subsidiárias apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores e os custos das centrais de distribuição na medida em que o estoque que deu origem à bonificação ou aos custos de armazenagem se realiza, exceto para o segmento de e-commerce, em que o custo de armazenagem é tratado diretamente como despesa.

#### 10.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
<b>No início do exercício</b>	<b>(10)</b>	<b>(12)</b>	<b>(91)</b>	<b>(51)</b>
Adições	(14)	(8)	(129)	(91)
Baixas/reversões	10	10	72	58
Reorganização societária (nota 13)	-	-	-	(7)
Variação cambial	-	-	(2)	-
<b>No final do exercício</b>	<b>(14)</b>	<b>(10)</b>	<b>(150)</b>	<b>(91)</b>

#### 10.3 Estoques de imóveis em construção

O valor dos estoques se refere a unidades imobiliárias em construção contabilizadas pelo seu valor justo, que foi calculado na transação de permuta de terreno por unidades imobiliárias, definido com base no valor de mercado das unidades imobiliárias recebidas, observado em transações comparáveis no mercado.

Esta transação refere-se a unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera"), Figue e Classic e Carpe Diem, mais uma loja construída no andar térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e incorporação estão sendo efetuadas pela Cyrela Polinésia Empreendimentos Imobiliários Ltda., Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e Hesa Investimentos Imobiliários Ltda. O empreendimento Thera iniciou em dezembro de 2011, e os empreendimentos Classic e Carpe Diem iniciaram-se em novembro de 2012, ambos os empreendimentos tem a previsão para entrega em 2016.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Tributos a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
			Reapresentação	Reapresentação
Circulante				
ICMS (nota 11.1)	<b>78</b>	90	<b>480</b>	590
PIS/COFINS (*)	<b>224</b>	9	<b>373</b>	54
Imposto de renda sobre aplicação financeira	<b>22</b>	3	<b>32</b>	20
Imposto de renda e contribuição social	<b>15</b>	3	<b>34</b>	12
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	<b>17</b>	-	<b>21</b>	-
Imposto de valor agregado a recuperar – França	-	-	<b>65</b>	85
Outros	<b>1</b>	-	<b>75</b>	46
Total circulante	<b>357</b>	105	<b>1.080</b>	807
Não Circulante				
ICMS (nota 11.1)	<b>412</b>	319	<b>2.257</b>	1.685
PIS/COFINS (nota 1.3)	-	-	<b>4</b>	308
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	<b>122</b>	73	<b>206</b>	147
Total não Circulante	<b>534</b>	392	<b>2.467</b>	2.140
Total	<b>891</b>	497	<b>3.547</b>	2.947

(\*) O acréscimo de PIS/COFINS a recuperar registrado no ativo circulante observado em 2015, foi ocasionado pela incorporação da Nova Holding, conforme mencionado na nota explicativa 1.3.

#### 11.1 A expectativa de realização do ICMS ocorrerá conforme indicado a seguir:

<b>Em</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
		Reapresentação
Até um ano	<b>78</b>	<b>480</b>
2017	<b>69</b>	<b>497</b>
2018	<b>73</b>	<b>474</b>
2019	<b>80</b>	<b>493</b>
2020	<b>81</b>	<b>480</b>
2021	<b>51</b>	<b>176</b>
2022	<b>58</b>	<b>137</b>
	<b>490</b>	<b>2.737</b>

Desde o ano de 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização destes produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada unidade da Federação.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Tributos a recuperar – Continuação

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias.

A Companhia e suas subsidiárias vêm realizando tais créditos com a autorização para compensação imediata com aqueles devidos em virtude de sua operação, pela obtenção de Regime Especial, e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia toma créditos extemporâneos de impostos, todas as vezes que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas”. Em 2014, dentre outros créditos, houve um montante oriundo de créditos anteriormente não utilizados por empresas associadas de R\$302, na subsidiária Via Varejo, cujos elementos que sustentam o registro e sua utilização foram obtidos durante o quarto trimestre de 2014.

### 12. Partes relacionadas

#### 12.1 Remuneração da administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), que foram registradas na demonstração do resultado do exercício da Controladora em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram as seguintes:

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Conselho de administração (*)	4	4	-	-	-	-	4	4
Diretoria	34	56	13	20	5	6	52	82
	<b>38</b>	<b>60</b>	<b>13</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>56</b>	<b>86</b>

(\*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

#### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora													
	Saldos								Transações					
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (Despesas)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b><u>Controlador:</u></b>														
Casino (i)	-	-	-	-	3	2	5	19	-	-	-	-	(74)	(39)
Wilkes Participações (viii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(3)
Euris	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	(6)	-
<b><u>Controladas:</u></b>														
Novasoc Comercial (v)	-	-	382	-	-	-	-	-	1	114	-	2	2	3
Sé Supermercados (v)	-	52	-	-	-	3	-	1.417	488	352	5	4	22	9
Sendas Distribuidoras (v)	55	60	583	182	40	39	-	-	366	383	255	259	103	43
Barcelona (v)	1	2	29	17	6	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Via Varejo (vi)	3	-	-	-	2	2	146	299	-	-	-	-	(5)	(159)
VVLOG Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Cnova Comércio Eletrônico (vii)	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-
Nova Pontocom (vii)	-	-	-	123	-	-	-	2	-	-	-	-	-	48
Xantocarpa (v)	-	-	15	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA M&P	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
GPA Logística	-	-	23	23	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto Duque - Salim Maluf (v)	-	-	6	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA - Santo André (v)	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA – Império (v)	-	-	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto Duque – Lapa (v)	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA – Ciara (v)	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bellamar	-	-	-	-	-	-	108	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-
<b><u>Associadas:</u></b>														
FIC (ii)	-	-	-	-	7	7	1	11	-	-	-	-	28	26
<b><u>Outras Partes Relacionadas:</u></b>														
Administradores da Nova Pontocom (iv)	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3
Instituto Grupo Pão de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(6)
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	-
(“Greenyellow”) (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	6	1	1	-	1	-	-	-	-	-	(3)	(2)
Total	59	115	1.076	398	80	83	268	1.751	855	849	260	265	90	(77)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

#### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

	Consolidado									
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b><u>Controlador:</u></b>										
Casino (i)	8	-	-	-	23	2	86	104	(56)	(40)
Distribution Casino France (xi)	32	-	-	-	28	-	-	-	125	-
Wilkes Participações (viii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(3)
Euris	-	-	-	-	-	-	2	1	(6)	-
Exito	2	28	-	-	24	-	-	4	(39)	(35)
<b><u>Controladas(*):</u></b>										
Casino France - Cash Pool (xi)	-	-	-	-	-	-	-	50	-	-
Casino Finance International S.A. ("Polca Emprestitos") (x)	-	-	-	-	-	-	364	12	(5)	-
C'est chez vous Société en Nom Collectif (xi)	7	-	-	-	37	26	-	26	(61)	(22)
EMC Distribution Société par Actions Simplifiée(xi)	-	-	-	-	43	-	-	15	(168)	(37)
Big C Supercenter S.A. (xi)	2	-	-	-	2	-	39	-	(9)	(16)
Easydis Société par Actions Simplifiée(xi)	-	-	-	-	58	55	-	-	(177)	(49)
Franprix-Leader Price Holding AS (xi)	12	-	-	-	6	-	-	-	65	-
Outros	3	-	-	-	4	-	69	9	1	12
<b><u>Coligadas:</u></b>										
FIC (ii)	-	-	10	8	9	9	3	14	2	8
<b><u>Outras partes relacionadas:</u></b>										
Casas Bahia Comercial Ltda. (iii)	-	-	291	263	-	-	-	26	(289)	(264)
Administradores da Nova Pontocom (iv)	-	-	-	38	-	-	-	-	4	3
Instituto Grupo Pão de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(6)
Viaw Consultoria Ltda. (ix)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Outros	-	-	8	4	1	-	-	-	(11)	(1)
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>28</b>	<b>309</b>	<b>313</b>	<b>235</b>	<b>92</b>	<b>563</b>	<b>261</b>	<b>(635)</b>	<b>(453)</b>

(\*) Controladas do Grupo Casino.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

As operações com partes relacionadas são resultado, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

- (i) *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$2 milhões. Esse contrato foi aprovado na AGE ocorrida em 16 de agosto de 2005, rescindido em 1º de agosto de 2014.

*Cost Sharing Agreement*, assinado entre a Companhia e o Casino em 10 de agosto de 2014, pelo reembolso de despesas incorridas pelos profissionais e empresas do Grupo Casino em benefício da Companhia. Esse contrato foi aprovado no Conselho de Administração ocorrido em 22 de julho de 2014.

*Global Sourcing*, custos reembolsados pela Companhia ao Casino relacionados a contratos de *Global Sourcing*, além do reembolso de parte dos custos de IPO da Cnova.

- (ii) *FIC*: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infraestrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"); (iii) receitas de aluguel de imóveis; e (iv) convênio de rateio de custos.

- (iii) *Casa Bahia Comercial Ltda.*: A Companhia possui valores a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre a Companhia, Via Varejo e CB, que garante à Via Varejo o direito de indenização por CBD e CB, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidos a partir de 30 de junho de 2010, que eram de responsabilidade dos antigos controladores das operações adquiridas.

O saldo da rubrica "Contas a receber" é liquidado pelas partes periodicamente e o saldo em aberto refere-se substancialmente a reembolso de despesas e contingências. A Via Varejo, em conjunto com CB, revisou determinados itens e concluiu que não havia elementos suficientes para requerer indenização por CB, portanto reverteu R\$32 do contas a receber para o resultado do exercício. A Via Varejo avalia ainda outros documentos, e devido à incerteza na possibilidade de requerer indenização, constituiu uma provisão para perdas no montante de R\$5.

Adicionalmente, a Via Varejo e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 315 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com CBD, com os administradores da CB e com empresas do mesmo grupo econômico.

- (iv) *Administradores da Nova Pontocom*: em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA. O saldo foi quitado em 2015 com entrega de ações de Cnova Comércio Eletrônico à valor de mercado.
- (v) *Novasoc, Sendas Distribuidora, Barcelona, Xantocarpa, Posto Duque Salim Maluf, Posto GPA Santo André, Posto GPA Império, Posto Duque Lapa, Posto GPA Ciara e Greenyellow*: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros, bem como contratos de operação mercantil, comissão mercantil e mútuos.
- (vi) *Via Varejo*: a entidade possui um saldo a pagar referente "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010 (vide iii), bem como contrato de comissão mercantil.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação:

- (vii) *Nova Pontocom e Cnova Comércio Eletrônico*: valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros e de mútuos remunerados a 105% do CDI.
- (viii) *Wilkes*: comissões pagas referentes aos contratos de empréstimos da Companhia em que a Wilkes é fiadora.
- (ix) *Viaw Consultoria Ltda.*: A Companhia contratou a Viaw, empresa habilitada em prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia. Os sócios da empresa contratada são membros da Administração da Companhia.
- (x) *Polca*: Entidade do Grupo Casino que possui um acordo de centralização de caixa com as entidades do Grupo Cdiscount. Este saldo é remunerado pela taxa EONIA (Euro OverNight Index Average), além de 0,5% anuais sobre o saldo de caixa remanescente seja em favor de Polca ou Cdiscount.
- (xi) A Cdiscount tem empréstimos a pagar com Casino Guichard Perrachon, Big C-Thailandia e outras entidades do Grupo Casino, além de saldos a receber também de empréstimos a entidades do Grupo Casino. A Cdiscount possui ainda, no seu saldo de contas a pagar, transações com entidades do Grupo Casino não consolidadas no GPA como: Easydis – Empresa de Logística do Grupo, Distribution Casino France - Compra de Produtos, C'chez Vous - Entrega a domicilio, EMC - Centralização de Compras, Êxito – Compra de produtos. Adicionalmente, a Cdiscount possui no seu saldo de contas a receber relacionado a transações com entidades do Grupo Casino não consolidadas no GPA como: Êxito – Venda de Produtos, Distribution Casino France - Venda de Produtos, IRTS – Negociação centralizada com fornecedores. As despesas com partes relacionadas incorridas na Cdiscount, se referem a: compras de produtos centralizadas com EMC; compra de produtos de logística com EasyDis; fretes com C'chez Vous; despesas bancárias BGC; compra de produtos com Exito Colombia e; compra de produtos com Big C Thailandia. As receitas incorridas na Cdiscount com partes relacionadas se referem a: serviços de TI prestados a outras empresas do Grupo; vendas de produtos para Distribution Casino France; custos reembolsados Banque Groupe Casino S.A..

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos em controladas e associadas

#### 13.1 Composição dos investimentos

	Controladora												
	Sé	Sendas	Novasoc	Via Varejo (**)	Nova Pontocom (**)	NCB (*)	Luxco	Barcelona	Bellamar	GPA M&P	API SPE	Outros	Total (****)
<b>Saldos em 31.12.2013 -publicado</b>	2.785	1.551	127	1.560	26	475	-	741	233	154	16	106	7.774
Ajuste ao saldo inicial	-	-	-	(26)	(53)	-	-	-	-	-	-	(5)	(84)
<b>Saldos em 01.01.2014 - reapresentação</b>	2.785	1.551	127	1.534	(27)	475	-	741	233	154	16	101	7.690
Adições	-	-	-	-	-	-	6	-	-	26	-	1	33
Equivalência patrimonial - reapresentação	21	177	10	390	(79)	32	-	81	79	(2)	-	3	712
Dividendos a receber	-	-	-	(96)	-	-	-	(150)	(26)	-	-	-	(272)
Remuneração baseada em ações	-	-	1	5	3	-	-	2	-	-	-	1	12
Ganho/ (perda) participação acionária	-	(19)	3	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-
Empresas incorporadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	(94)	(110)
Transação de não controladores - reapresentação	-	-	3	29	186	-	-	-	-	-	-	5	223
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	2.806	1.709	144	1.862	83	507	6	690	286	178	-	17	8.288
Equivalência patrimonial - reapresentação	13	142	29	6	(107)	(6)	(152)	102	81	15	-	7	130
Dividendos a receber	-	(503)	-	-	-	-	-	(24)	-	(74)	-	-	(601)
Remuneração baseada em ações	-	1	1	4	-	-	-	2	-	1	-	-	9
Incorporação (nota 1.3 a)	(2.710)	-	-	-	9	-	(35)	-	-	-	-	-	(2.736)
Ágio (nota 15)	(109)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109)
Outras movimentações - reapresentação (**)	-	-	-	(28)	15	-	(95)	-	-	-	-	-	(108)
<b>Saldos em 31.12.2015 - reapresentação</b>	-	1.349	174	1.844	-	501	(276)	770	367	120	-	24	4.873

(\*) No caso da NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto com o investimento contábil detido nesta subsidiária.

(\*\*) Em 2014, efeitos nesta coluna incluem a compra de participação adicional na subsidiária Nova Pontocom (0,22%) e reorganização societária envolvendo as operações de e-commerce divulgadas nas notas 13 (i) e 25.9. Em 2015 efeitos de incorporação nesta coluna estão divulgados na nota 1.3 b) e nota 25.9.

(\*\*\*) Inclui os efeitos de variação cambial na conversão das informações financeiras de controladas no exterior e outros resultados abrangentes no caso da controlada Nova Ponto.com e Luxco.

(\*\*\*\*) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento Luxco, no montante de R\$276.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

	Consolidado			Total
	FIC	BINV	Outros	
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	290	19	1	310
Equivalência patrimonial	109	2	(3)	108
Reorganização societária	-	-	9	9
Dividendos	(26)	-	-	(26)
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	373	21	7	401
Equivalência patrimonial	113	(1)	-	112
Baixas	-	-	(7)	(7)
Dividendos	(125)	-	-	(125)
Variação cambial	-	-	1	1
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	361	20	1	382

#### (i) Operação de *e-commerce* – contabilização de participações societárias a custo

Em 4 de junho de 2014, os Conselhos de Administração da Companhia e de Via Varejo aprovaram o projeto de associação dos negócios de comércio eletrônico desenvolvido pela Nova Pontocom, com os negócios de comércio eletrônico do controlador Casino, por meio da Cdiscount S.A. e suas afiliadas (Cdiscount).

Os Comitês Especiais constituídos para este fim apresentaram recomendação favorável à implementação da operação considerando os seguintes elementos: (a) os interesses comerciais das companhias na atividade de comércio eletrônico serão preservados; e (b) o potencial para criação de valor para as companhias e seus acionistas por meio da integração das atividades de comércio eletrônico atualmente desenvolvidas por Nova Pontocom e Cdiscount em uma nova companhia denominada Cnova N.V. ("Cnova"), criada de acordo com as leis da Holanda.

Com base nas opiniões emitidas por assessores financeiros, a relação de troca proposta para a contribuição dos negócios de comércio eletrônico de Nova Pontocom e Cdiscount em Cnova, na proporção de 53,5% (Companhia e Via Varejo) e de 46,5% (Cdiscount).

Dessa forma, em 24 de julho de 2014, foi concluída a reorganização societária ao nível de Cnova na Holanda, através da qual, a subsidiária Nova Pontocom entregou 46,5% do patrimônio líquido dos ativos operacionais de Cnova Comércio Eletrônico, em troca de 53,5% de participação nas entidades do Grupo Cdiscount.

As entidades operacionais com operações importantes que a Companhia passou a consolidar como resultado desta transação são:

- Cdiscount S.A.S;
- Financiere MSR;
- E-trend;
- Cdiscount Colombia;
- Cdiscount Thailand;
- Cdiscount Afrique;
- Cdiscount Voyages;

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

##### (i) Operação de e-commerce – contabilização de participações societárias a custo – Continuação

As trocas de participações societárias permaneceram registradas com base no custo histórico, pelo fato da Administração entender que esta transação não está no escopo do CPC15(R1)/ IFRS 3 (R) - Combinação de Negócios, por envolver entidades sobre controle comum. A data da primeira consolidação das entidades cujo controle foi obtido pela Companhia é de 31 de julho de 2014.

Os efeitos contabilizados no patrimônio líquido da controladora em 31 de julho de 2014 como resultado da transação se compõem da seguinte forma:

	<b>31.07.2014</b>
Valor do investimento em Cnova entregue	(23)
Valor do investimento recebido	16
<b>Valor do efeito no patrimônio líquido de Nova Pontocom</b>	<b>(7)</b>
<b>Valor do efeito no patrimônio líquido da Controladora</b>	<b>(5)</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

##### (i) Operação de *e-commerce* – contabilização de participações societárias a custo – Continuação

Os principais ativos e passivos consolidados inicialmente em 31 de julho de 2014 se compõem como segue:

	<b>Cdiscount</b>
Ativo	<b>31.07.2014</b>
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	204
Contas a receber	272
Impostos a recuperar	92
Estoques	510
Outros ativos circulantes	16
Total do ativo circulante	<b>1.094</b>
Não circulante	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	41
Outros ativos não circulantes	5
Investimentos	9
Imobilizado	30
Intangíveis	447
Total do ativo não circulante	<b>532</b>
Total do ativo	<b>1.626</b>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	1.097
Impostos e contribuições a recolher	78
Partes relacionadas	312
Outras contas a pagar	78
Total do passivo circulante	<b>1.565</b>
Não circulante	
Plano de pensão	5
Provisões diversas	9
Outras contas a pagar	8
Total do passivo não circulante	<b>22</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	30
Participação de acionistas não controladores	9
Total do patrimônio líquido	<b>39</b>
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>1.626</b>

Demais condições desta transação, tais como preservação de direitos, condições adicionais e deliberações da Administração foram publicadas em fato relevante divulgado ao mercado em 24 de julho de 2014.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

##### (ii) Oferta pública de ações e-commerce

Em novembro e dezembro de 2014, a Cnova N.V., com sede na Holanda, concluiu a oferta inicial de ações - IPO e oferta complementar de ações, de forma de que a participação da Companhia em Cnova N.V. de maneira direta e indireta foi reduzida de 38,22% para 35,73%. Os ingressos pela venda de participação foram contabilizados contra patrimônio líquido, por se tratar de uma transação com não controladores, deduzido dos efeitos de imposto sobre a renda, custos de transação e outros efeitos. O efeito líquido no patrimônio líquido decorrente desta transação foi de R\$411, dividindo-se R\$132 na controladora e R\$279 de não controladores. A Cnova N.V. emitiu 29.182.894 novas ações. Apesar da Companhia possuir participação direta e indireta de 35,73% em Cnova N.V., o controle sobre esta subsidiária é exercido através da controlada Luxco que possui 49,96% de participação e mais de 50% do capital votante de Cnova N.V.

##### (iii) Reorganização societária e de dívida Nova Pontocom

Em 2014 a subsidiária Nova Pontocom, *holding* que detinha 100% das ações da empresa Marneylectro S.A.R.L., controladora indireta da empresa Cnova N.V., pagou parte de sua dívida contra as empresas CBD e Via Varejo com a entrega de ações de sua investida Marneylectro S.A.R.L. valorizadas a mercado. Como esta transação foi efetuada entre entidades sobre controle comum, todos os efeitos relacionados foram registrados diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, dividindo-se R\$53 na controladora e R\$14 de não controladores.

Em 2015, a Nova Pontocom foi incorporada por CBD e Via Varejo e extinta conforme divulgado em nota explicativa nº1.3.

##### (iv) Reorganização societária de C-Asia

Em 17 de novembro de 2014, Casino transferiu 30% de sua participação indireta em C-Distribution Asia Pte. Ltd ("C-Asia"), que controla as subsidiárias de Cnova operando na Tailândia e Vietnã, por um montante de R\$52. Esta transação resultou no fato de que a Cnova N.V. obtivesse controle indireto com participação de 60% em C-Asia.

Como esta transação ocorreu entre entidades sobre controle comum, Cnova aplicou a contabilização de participação societária a custo. Desta maneira, não foi reconhecido ganho em relação aos 30% anteriormente detidos e a diferença entre a consideração paga e o acervo líquido contábil dos 30% transferidos foi registrado no patrimônio líquido da controladora e dos não controladores, nos montantes de R\$43 e R\$6, respectivamente.

Caixa e equivalentes de caixa na data de aquisição representaram R\$18.

##### (v) Alienação de controlada - CBCC

Em 30 de dezembro de 2014, a subsidiária Via Varejo alienou a totalidade de sua participação no capital da CBCC para a Atento Brasil S.A.. Após o atendimento de todas as condições precedentes contidas no contrato de compra e venda, a Via Varejo recebeu o valor de R\$20 e obteve um ganho de R\$16 que foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, os saldos patrimoniais da CBCC foram desconsolidados do balanço patrimonial consolidado da subsidiária Via Varejo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Na demonstração do fluxo de caixa consolidado, as movimentações da CBCC ocorridas até a data de sua alienação foram mantidas em suas respectivas rubricas.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado

	Controladora										
	Saldo em: 31.12.2013	Adições	Depre- ciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2014	Adições	Depre- ciação	Baixas	Incorpo- ração (*)	Saldo em: 31.12.2015
Terrenos	1.198	-	-	-	15	1.213	9	-	(16)	61	1.272
Edifícios	1.929	3	(60)	(1)	(18)	1.853	4	(60)	(1)	3	1.799
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.514	5	(112)	(10)	238	1.635	10	(131)	(23)	101	1.858
Máquinas e equipamentos	766	193	(139)	(16)	2	806	211	(145)	(11)	31	892
Instalações	156	13	(16)	(2)	10	161	14	(17)	(1)	13	179
Móveis e utensílios	293	65	(41)	(5)	-	312	98	(47)	(2)	13	375
Veículos	18	8	(5)	(4)	-	17	4	(3)	(17)	2	3
Imobilizado em andamento	131	188	-	(1)	(253)	65	293	-	(3)	1	73
Outros	38	14	(13)	-	(1)	38	26	(15)	-	3	50
Total	6.043	489	(386)	(39)	(7)	6.100	669	(418)	(74)	228	6.501
<u>Arrendamento mercantil financeiro:</u>											
Equipamentos de informática	12	-	(5)	-	-	7	5	(5)	-	-	7
Edifícios	20	-	(2)	-	-	18	-	(1)	-	-	17
	32	-	(7)	-	-	25	5	(6)	-	-	24
Total	6.075	489	(393)	(39)	(7)	6.125	674	(424)	(74)	228	6.525

(\*) Vide nota 1.3 a).



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado – Continuação

	Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.272	-	1.272	1.213	-	1.213
Edifícios	2.759	(960)	1.799	2.754	(901)	1.853
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.208	(1.350)	1.858	2.873	(1.238)	1.635
Máquinas e equipamentos	2.005	(1.113)	892	1.842	(1.036)	806
Instalações	410	(231)	179	384	(223)	161
Móveis e utensílios	823	(448)	375	721	(409)	312
Veículos	10	(7)	3	27	(10)	17
Imobilizado em andamento	73	-	73	65	-	65
Outros	131	(81)	50	105	(67)	38
	<b>10.691</b>	<b>(4.190)</b>	<b>6.501</b>	<b>9.984</b>	<b>(3.884)</b>	<b>6.100</b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	38	(31)	7	32	(25)	7
Edifícios	34	(17)	17	34	(16)	18
	<b>72</b>	<b>(48)</b>	<b>24</b>	<b>66</b>	<b>(41)</b>	<b>25</b>
<b>Total</b>	<b>10.763</b>	<b>(4.238)</b>	<b>6.525</b>	<b>10.050</b>	<b>(3.925)</b>	<b>6.125</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado														
	Saldo em: 31.12.2013	Adições	Depre- ciação	Descon- solidação (*)	Baixas	Transfe- rencia	Reorga- nização societária (**)	Variação cambial	Saldo em: 31.12.2014	Adições	Depre- ciação	Baixas	Transfe- rencia	Variação cambial	Saldo em: 31.12.2015
												Reapresentação			Reapresentação
as em	1.412	38	-	-	-	(1)	-	-	1.449	9	-	(16)	22	-	1.464
e terceiros	2.017	48	(66)	-	(1)	48	1	-	2.047	42	(66)	(2)	2	-	2.023
e	2.787	274	(199)	-	(14)	334	-	-	3.182	344	(239)	(49)	437	-	3.675
entos	1.446	395	(275)	(1)	(23)	61	2	-	1.605	380	(296)	(37)	23	1	1.676
es	326	72	(37)	(2)	(10)	17	14	1	381	62	(45)	(6)	25	5	422
utensílios	526	139	(72)	(1)	(6)	3	11	1	601	190	(90)	(14)	9	5	701
ções em	166	13	(16)	(1)	(41)	-	-	-	121	8	(15)	(40)	1	-	75
to	209	448	-	-	(2)	(489)	-	-	166	519	-	(4)	(510)	1	172
	67	30	(25)	-	-	(1)	2	-	73	59	(30)	(1)	(4)	-	97
	8.956	1.457	(690)	(5)	(97)	(28)	30	2	9.625	1.613	(781)	(169)	5	12	10.305
ento															
financeiro:															
entos	20	-	(4)	-	-	-	-	-	16	-	(3)	-	-	-	13
	43	-	(18)	-	-	1	-	-	26	24	(21)	-	2	-	31
es	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
utensílios	8	-	(1)	-	-	-	-	-	7	-	(1)	-	-	-	6
	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	(1)	-	-	-
	24	-	(1)	-	-	-	-	-	23	-	(1)	(1)	-	-	21
	97	-	(24)	-	-	1	-	-	74	24	(26)	(2)	2	-	72
	9.053	1.457	(714)	(5)	(97)	(27)	30	2	9.699	1.637	(807)	(171)	7	12	10.377

(\*\*) Refere-se à reorganização societária das operações de *e-commerce*, conforme nota explicativa nº13.1 (i).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado – Continuação

	Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014		
	Reapresentação		Reapresentação	Reapresentação		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.464	-	1.464	1.449	-	1.449
Edifícios	3.036	(1.013)	2.023	3.013	(966)	2.047
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.548	(1.873)	3.675	4.929	(1.747)	3.182
Máquinas e equipamentos	3.454	(1.778)	1.676	3.191	(1.586)	1.605
Instalações	799	(377)	422	722	(341)	381
Móveis e utensílios	1.349	(648)	701	1.171	(570)	601
Veículos	111	(36)	75	179	(58)	121
Imobilizado em andamento	172	-	172	166	-	166
Outros	227	(130)	97	188	(115)	73
	16.160	(5.855)	10.305	15.008	(5.383)	9.625
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	36	(23)	13	36	(20)	16
Hardware	199	(168)	31	174	(148)	26
Instalações	2	(1)	1	2	(1)	1
Móveis e utensílios	15	(9)	6	15	(8)	7
Veículos	-	-	-	2	(1)	1
Edifícios	43	(22)	21	44	(21)	23
	295	(223)	72	273	(199)	74
Total	16.455	(6.078)	10.377	15.281	(5.582)	9.699

#### 14.1 Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº 22.8.

#### 14.2 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$18 (R\$14 em 31 de dezembro de 2014). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 104,50% (105,3% em 31 de dezembro de 2014) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

#### 14.3 Adições ao ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Adições (i)	674	489	1.637	1.457
Arrendamentos financeiros	(5)	-	(24)	-
Juros capitalizados	(8)	(6)	(18)	(14)
Financiamento de imobilizado – Adições (ii)	(600)	(231)	(734)	(289)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	581	186	720	225
Total	642	438	1.581	1.379

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado – Continuação

#### 14.3 Adições ao ativo imobilizado -- Continuação

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e pagamentos do imobilizado acima estão compostas para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro acima.

#### 14.4 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$45 (R\$43 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e de R\$141 (R\$112 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consiste nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 12,5% (11,4% em 31 de dezembro de 2014) antes dos impostos sobre a renda.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangíveis

	Controladora							
	Saldo 31.12.2013	Adições	Amortização	Incorporação (*)	Saldo 31.12.2014	Adições	Amortização	Saldo 31.12.2015
Ágio – eletro	179	-	-	-	179	-	-	179
Ágio – varejo (nota 13.1)	355	-	-	39	394	-	-	503
Fundo de comércio – varejo (nota 15.5)	42	1	-	-	43	-	-	46
Softwares e implantação	551	112	(84)	-	579	102	(99)	583
Softwares CL	-	-	-	-	-	9	-	9
Total	1.127	113	(84)	39	1.195	111	(99)	1.320

(\*) Inclui a transferência para o grupo de intangível do ágio pago na aquisição da Sé, incorporada em 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3.

	Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – eletro	179	-	179	179	-	179
Ágio – varejo	1.361	(858)	503	1.113	(719)	394
Fundo de comércio – varejo	46	-	46	43	-	43
Softwares e implantação	1.046	(463)	583	943	(364)	579
Softwares CL	9	-	9	-	-	-
	2.641	(1.321)	1.320	2.278	(1.083)	1.195

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangíveis – Continuação

#### Consolidado

	Saldo 31.12.2013	Adições	Amorti- zação	Descon- solidação (*)	Reorga- nização societária (**)	Baixas	Trans- ferência	Variação cambial	Saldo em: 31.12.2014	Adições	Amorti- zação	Baixas	Trans- ferência	Reorga- nização societária (***)	Variação cambial	Saldo em: 31.12.2015
	Reapresen- tação	Reapresen- tação	Reapresen- tação						Reapresen- tação	Reapresen- tação	Reapresen- tação					Reapresen- tação
Ágio - atacado de autosserviços	362	-	-	-	-	-	-	-	362	-	-	-	-	-	-	362
Ágio - eletro	896	24	-	-	-	-	-	-	920	-	-	-	-	-	-	920
Ágio - varejo	747	-	-	-	-	-	-	-	747	-	-	-	-	-	-	747
Ágio - e-commerce	-	-	-	-	236	-	2	16	254	-	-	-	(4)	(79)	72	243
Marcas - atacado de autosserviços	39	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	39
Marcas - eletro	2.061	-	-	-	-	-	-	-	2.061	-	-	-	-	-	-	2.061
Marcas e-commerce	-	-	-	-	11	-	17	2	30	-	-	-	1	(17)	7	21
Fundo de comércio - eletro	576	4	(6)	-	-	-	-	-	574	1	(5)	-	-	-	-	570
Fundo de comércio - varejo	43	2	-	-	-	-	1	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Fundo de comércio - atacado de autosserviços	29	5	-	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-	-	-	34
Relacionamento de clientes - eletro	6	-	(4)	-	-	-	-	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
Contrato de aluguel vantajoso - NCB	138	-	(41)	-	-	-	-	-	97	-	(27)	-	-	-	-	70
Direitos Contratuais	-	187	(8)	-	-	-	-	-	179	-	(31)	-	-	-	-	148
Software	693	271	(144)	(1)	203	(4)	(65)	12	965	270	(217)	(40)	94	(2)	57	1.127
Softwares CL	77	25	(11)	-	-	-	-	-	91	10	(11)	(1)	-	-	-	89
Outros	-	4	(1)	-	2	-	40	2	47	119	(2)	(18)	(91)	(5)	16	66
<b>Total</b>	<b>5.667</b>	<b>522</b>	<b>(215)</b>	<b>(1)</b>	<b>452</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>	<b>32</b>	<b>6.448</b>	<b>400</b>	<b>(295)</b>	<b>(59)</b>	<b>-</b>	<b>(103)</b>	<b>152</b>	<b>6.543</b>

(\*) Refere-se à alienação de CBCC, conforme nota explicativa nº13.1 (v).

(\*\*) Refere-se à reorganização societária das operações de e-commerce, conforme nota explicativa nº13.1 (i).

(\*\*\*) Refere-se a venda de participação da empresa E-Trend pela CDiscount, conforme nota explicativa nº 3.1.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangíveis – Continuação

	Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014		
	Reapresentação			Reapresentação		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - atacado de autosserviços (nota 15.1)	371	(9)	362	371	(9)	362
Ágio – eletro (nota 15.1)	920	-	920	920	-	920
Ágio – varejo (nota 15.1)	1.848	(1.101)	747	1.848	(1.101)	747
Ágio – e-commerce (nota 15.1)	243	-	243	254	-	254
Marcas - atacado de autosserviços (nota 15.2)	39	-	39	39	-	39
Marcas – eletro (nota 15.2)	2.061	-	2.061	2.061	-	2.061
Marcas - e-commerce (nota 15.2)	21	-	21	30	-	30
Fundo de comércio – eletro (nota 15.4)	637	(67)	570	637	(63)	574
Fundo de Comércio – varejo (nota 15.4)	46	-	46	46	-	46
Fundo de comércio - atacado de autosserviços (nota 15.4)	34	-	34	34	-	34
Relacionamento de clientes – eletro	35	(35)	-	34	(32)	2
Contrato de aluguel vantajoso NCB (nota 15.3)	290	(220)	70	292	(195)	97
Direitos contratuais	187	(39)	148	186	(7)	179
Software	1.932	(805)	1.127	1.567	(602)	965
Software CL	122	(33)	89	112	(21)	91
Outros	81	(15)	66	58	(11)	47
Total intangível	8.867	(2.324)	6.543	8.489	(2.041)	6.448

#### 15.1 Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio adquirido por meio de combinações de negócios e marcas com vidas úteis indefinidas que foram alocados a quatro unidades geradoras de caixa, quais sejam: Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,5% (11,4% em 31 de dezembro de 2014), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados de acordo com o crescimento previsto para cada um dos segmentos. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

#### 15.2 Marca

As marcas referem-se substancialmente a “ASSAÍ”, “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”.

O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*. Dada à vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento perpétuo de até 6,6% (6,7% em 31 de dezembro de 2014). A taxa de *royalty* utilizada foi 0,4% para marca “ASSAÍ”, 0,7% para o “PONTO FRIO” e 0,9% para “CASAS BAHIA”. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangíveis – Continuação

#### 15.3 Contrato de aluguel vantajoso - NCB

Refere-se aos imóveis da CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objetos de arrendamento mercantil operacional em condições vantajosas realizados pela Via Varejo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicada a metodologia *Income Approach*. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre a CB e a Companhia.

A vida útil desse ativo foi definida como dez anos de acordo com o contrato de associação. Verificamos que as condições de mercado do momento da contratação não se deterioraram em relação à posição atual, desta forma, não houve indícios de perda de recuperabilidade.

#### 15.4 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

#### 15.5 Adições ao ativo intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
Adições	111	113	400	522
Ágio	-	-	-	(24)
Arrendamentos financeiros	(9)	-	(10)	-
Demais contas a pagar	-	-	11	(11)
Financiamento de intangíveis – Adição	(3)	5	(3)	5
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	6	-	6	-
Total	105	118	404	492



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
Fornecedores produtos	4.446	3.606	15.590	13.476
Fornecedores de serviços	142	114	772	807
Acordos comerciais (nota 16.1)	(485)	(540)	(854)	(890)
	4.103	3.180	15.508	13.393

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios junto a instituições financeiras com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e concluídas que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os acordos com fornecedores, que incluem aumento do prazo em relação à transação original e os custos financeiros relativos a este aumento de prazo, foram objeto de ajuste do custo do produto adquirido. Estes montantes foram registrados na rubrica "Fornecedores convênio" e estão descritas na nota explicativa nº 18.1 (iv).

#### 16.1 Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento destes recebíveis se materializa através do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorram pelo montante líquido.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Empréstimos e financiamentos

### 17.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Taxa média ponderada				
<u>Circulante</u>					
<u>Debêntures</u>					
Captação líquida de debêntures (nota 17.4)		38	2.052	38	2.672
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
BNDES (nota 17.6)	TJLP + 3,60 a.a	82	82	82	89
BNDES (nota 17.6)	3,61% a.a.	9	8	16	14
IBM	CDI - 0,71% a.a.	-	-	27	34
Capital de giro	103,75% do CDI	111	481	111	753
Capital de giro	15.57% a.a.	-	213	2.308	2.953
Capital de giro	TR + 9,98% a.a.	1	-	5	-
Antecipação de recebíveis	109% do CDI	-	-	4	-
Arrendamento financeiro (nota 23)		30	25	44	34
Contratos de <i>swap</i> (nota 17.7)	102,00% do CDI	-	(12)	-	(12)
Custo de captação		(1)	(2)	(2)	(3)
		232	795	2.595	3.862
<u>Em moeda estrangeira (nota 17.5)</u>					
Capital de giro (i)	USD + 1,66% a.a.	857	43	1.656	56
Contratos de <i>swap</i> (nota 17.7)	101,34% do CDI	(299)	5	(475)	4
		558	48	1.181	60
Total do circulante		828	2.895	3.814	6.594

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Taxa média ponderada				
<u>Não circulante</u>					
<u>Debêntures</u>					
Captação líquida de debêntures (nota 17.4)		897	896	897	896
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Moeda local</u>					
BNDES (nota 17.6)	TJLP + 3,60 a.a	-	82	-	82
BNDES (nota 17.6)	2,87% a.a.	9	14	51	57
IBM	CDI - 0,71% a.a.	-	-	68	74
Capital de giro (i)	15,57% a.a.	-	-	167	136
Capital de giro	106,69% do CDI	980	874	1.131	1.006
Capital de giro	TR + 9,98% a.a.	20	-	126	21
Arrendamento financeiro (nota 23)		117	131	220	229
Contratos de <i>swap</i> (nota 17.17)	101,93% do CDI	-	-	2	-
Custo de captação		(3)	(5)	(7)	(6)
		1.123	1.096	1.758	1.599
<u>Moeda estrangeira</u>					
Capital de giro	USD + 2,14% a.a.	1.443	669	1.756	669
Contratos de <i>swap</i> (nota 17.7)	103,87% do CDI	(186)	(30)	(247)	(30)
		1.257	639	1.509	639
Total do não circulante		3.277	2.631	4.164	3.134

(i) No saldo de capital de giro está incluído o valor de R\$2.475 referente ao CDCI ("Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência") (R\$2.875 em 31 de dezembro de 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 17.2 Movimentação dos empréstimos

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.115</b>	<b>9.495</b>
Captações	1.661	6.780
Provisão de juros	471	928
Contratos de <i>swap</i>	(15)	(17)
Marcação a mercado	(3)	(3)
Variação cambial e monetária	49	55
Custo de captação	9	9
Amortizações de juros	(662)	(1.069)
Amortizações de principal	(1.151)	(6.500)
Amortizações de <i>swap</i>	52	50
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.526</b>	<b>9.728</b>
Captações – capital de giro	<b>1.154</b>	<b>6.389</b>
Captações – arrendamento	<b>14</b>	<b>35</b>
Provisão de juros	<b>503</b>	<b>927</b>
Contratos de <i>swap</i>	<b>(351)</b>	<b>(534)</b>
Marcação a mercado	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>
Variação cambial e monetária	<b>468</b>	<b>734</b>
Custo de captação	<b>5</b>	<b>5</b>
Amortizações de juros	<b>(511)</b>	<b>(947)</b>
Amortizações de principal	<b>(2.663)</b>	<b>(8.255)</b>
Amortizações de <i>swap</i>	<b>(59)</b>	<b>(99)</b>
Reorganização societária (nota 1.3)	<b>23</b>	<b>-</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4.105</b>	<b>7.978</b>

#### 17.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

<u>Ano</u>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2017	<b>1.826</b>	<b>2.444</b>
2018	<b>906</b>	<b>957</b>
2019	<b>485</b>	<b>523</b>
Após 2020	<b>66</b>	<b>250</b>
Subtotal	<b>3.283</b>	<b>4.174</b>
Custo de captação	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>
Total	<b>3.277</b>	<b>4.164</b>

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

### 17.4 Debêntures

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<u>Controladora</u>											
10ª emissão - 1a. série – CBD	Sem preferência	800.000	-	29/12/11	29/06/15	108,5% do CDI	-	-	801	-	801
11ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	1.200.000	-	02/05/12	02/11/15	CDI + 1%	-	-	1.223	-	1.223
12ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	900.000	900.000	12/09/14	12/09/19	107,00% do CDI	1.007	<b>939</b>	930	<b>939</b>	930
<u>Subsidiárias</u>											
3ª emissão - 1a. Série - Via Varejo	Sem preferência	400.000	-	30/01/12	30/07/15	CDI + 1%	-	-	-	-	420
1ª emissão - 2a. Série - Via Varejo	Sem preferência	200.000	-	29/06/12	29/01/15	CDI + 0,72%	-	-	-	-	200
Custo de captação								<b>(4)</b>	(6)	<b>(4)</b>	(6)
<b>Controladora / Consolidado - Curto e longo prazo</b>								<b>935</b>	2.948	<b>935</b>	3.568
Passivo circulante								<b>38</b>	2.052	<b>38</b>	2.672
Passivo não circulante								<b>897</b>	896	<b>897</b>	896

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 17.4 Debêntures – Continuação

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia, exceto para as emissões das subsidiárias, em que a Companhia oferece o aval.

A forma de amortização dessas debêntures varia de acordo com a emissão. As seguintes modalidades de amortização são previstas: (i) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração anual (10ª emissão da CBD); (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (11ª emissão do GPA, 3ª emissão da Via Varejo); (iii) parcelas anuais a partir do 4º ano da emissão (12ª emissão da CBD) e pagamentos semestrais.

As emissões 11ª e 12ª têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2015, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Em 2015 houve liquidação de debêntures no montante de R\$2.620.

#### 17.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2015 o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar e euro) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimento, sendo o último vencimento em outubro de 2018.

Para essas operações, o GPA tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2015, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

#### 17.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fiança como garantia aos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES.

#### 17.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos tem o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e mesma contraparte da dívida. A taxa média ponderada anual do CDI em 2015 era de 13,24% (10,81% em 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 17.8 Abertura de crédito

A Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de abertura de crédito no valor de R\$1.350. Referidos acordos foram efetuados de acordo com as condições praticadas pelo mercado e possuem vigências para 2016 e 2017.

### 18. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando à manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.247	2.923	11.015	11.149
Contas a receber e outras contas a receber	587	462	4.308	4.175
Partes relacionadas – ativo (*)	1.076	398	309	313
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Outros passivos financeiros - custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo (*)	(268)	(1.751)	(563)	(261)
Fornecedores	(4.103)	(3.180)	(15.508)	(13.393)
Financiamento por compra de ativo	(104)	(88)	(118)	(107)
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	-	(104)	(130)
Debêntures	(935)	(2.948)	(935)	(3.568)
Empréstimos e financiamentos	(1.355)	(1.691)	(4.222)	(5.241)
Fornecedores convênio	-	-	(1.055)	-
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(1.815)	(887)	(2.821)	(919)

(\*) As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizados cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nº18.3.

#### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

##### (i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, considerando-se limites monetários e avaliações de instituições financeiras, constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para os contas a receber parcelado, a companhia monitora o risco pela concessão do crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política de se efetuar transações, dentro das políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Vendas financiadas CDCI: são as vendas feitas através de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para concessão de financiamentos aos seus clientes, por meio de intermediação com as respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a Companhia tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores à 5% das contas a receber ou receitas, respectivamente.

##### (ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, estão expostas principalmente ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias -- Continuação

##### (iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso utilizam-se derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

##### (iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>2.247</b>	2.923	<b>11.015</b>	11.149
Fornecedores convênio (**)	-	-	<b>(1.055)</b>	-
Empréstimos e financiamentos	<b>(4.105)</b>	(5.526)	<b>(7.978)</b>	(9.728)
Outros passivos de partes relacionadas (Nota 12.2) (*)	-	-	<b>(364)</b>	(12)

(\*) Representa o empréstimo da subsidiária CDiscount com a empresa Casino Finance International S.A. ("Polca").

(\*\*) Fornecedores convênio trata-se de passivos financeiros junto a fornecedores cujos vencimentos foram postergados durante o exercício de 2015. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a subsidiária Via Varejo, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito desta subsidiária junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 108,4% do CDI. A Administração entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedor".



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias -- Continuação

##### (v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

##### a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.088	2.645	3	3.736
Debêntures	132	1.151	-	1.283
Instrumentos financeiros derivativos	(84)	(66)	-	(150)
Arrendamento mercantil financeiro	46	133	147	326
Fornecedores	4.103	-	-	4.103
<b>Total</b>	<b>5.285</b>	<b>3.863</b>	<b>150</b>	<b>9.298</b>

##### b) Consolidado - Reapresentação

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.395	3.512	128	8.035
Debêntures	132	1.151	-	1.283
Instrumentos financeiros derivativos	(148)	(109)	2	(255)
Arrendamento mercantil financeiro	73	234	195	502
Fornecedores	15.508	-	-	15.508
Fornecedores convênio	1.055	-	-	1.055
<b>Total</b>	<b>21.015</b>	<b>4.788</b>	<b>325</b>	<b>26.128</b>

##### (vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor de referência dos contratos era R\$2.760 (R\$842 em 31 de dezembro de 2014). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores (*caps*), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

##### (vi) Instrumentos financeiros derivativos - Continuação

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Swap com contabilização de <i>hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)					
Posição ativa (comprada)					
Taxa prefixada	TR+9,98% a.a.	131	151	131	234
US\$ + fixa	1,90% a.a.	2.629	691	3.427	732
		2.760	842	3.558	966
Posição passiva (vendida)					
	102,38% a.a.	(2.760)	(842)	(2.838)	(928)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	720	38

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$720 (R\$38 em 31 de dezembro de 2014) e está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos do *hedge* ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 resultaram em um ganho de R\$584 (R\$20 em 31 de dezembro de 2014).

##### (vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$4,41 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 15,12% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide nota 18.2(i).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

#### (i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (diminuição do CDI)	Saldo em 31.12.2015	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de <i>swap</i> de taxa pré-fixada (ponta passiva)	101,43% do CDI	(132)	(163)	(158)	(152)
Contrato de <i>swap</i> cambial (ponta passiva)	101,91% do CDI	(2.706)	(3.267)	(3.176)	(3.085)
Debêntures	107% do CDI	(939)	(1.091)	(1.053)	(1.015)
Empréstimos bancários - CBD	106,42% do CDI	(1.091)	(1.250)	(1.211)	(1.171)
Arrendamento mercantil	100,19% do CDI	(89)	(102)	(99)	(96)
Arrendamento mercantil	95,31% do CDI	(29)	(33)	(32)	(31)
Empréstimos bancários - Via Varejo	CDI - 0,71%	(95)	(108)	(105)	(102)
Empréstimos bancários - Barcelona	108% do CDI	(151)	(176)	(170)	(164)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(5.232)	(6.190)	(6.004)	(5.816)
Equivalentes de caixa (*)	100,5% do CDI	10.446	12.051	11.647	11.248
Exposição líquida:		5.214	5.861	5.643	5.432
Efeito líquido - ganho:			647	429	218

(\*) média ponderada

A Companhia possui ainda uma exposição líquida (entre fornecedores estrangeiros e caixa aplicados no exterior) de US\$36 milhões em dólares norte-americanos. A aplicação do teste de sensibilidade nos mesmos parâmetros acima, resultaria em perdas de R\$16, R\$55 e R\$94 nos cenários I, II e III. Para a exposição em Euros,

Adicionalmente, a Companhia possui saldo de empréstimos de R\$364 com a empresa do Grupo Casino Polca, denominado em euros, com encargos financeiros determinados pela taxa EONIA+0,5%a.a.. Considerando que a parcela da taxa de juros que é pós-fixada ser considerada de baixa representatividade, a Companhia não está exposta a variação significativa de oscilação desta taxa de juros e, portanto, não houve a necessidade da análise de sensibilidade para esta exposição.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.3 Mensurações de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	<u>Valor contábil</u> <u>31.12.2015</u>	<u>Valor justo</u> <u>31.12.2015</u>	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis
<i>Instrumento financeiro a valor justo por meio de resultado</i>			
Swaps de taxa de juros entre Moedas	722	722	Nível 2
Swaps de taxa de juros	(2)	(2)	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(3.541)	(3.541)	Nível 2
<i>Instrumento financeiro a custo amortizado, no qual o valor justo é divulgado</i>			
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(5.157)	(5.396)	Nível 2
Total	<u>(7.978)</u>	<u>(8.217)</u>	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os *Swaps* de taxa de juros e moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Swap cambiais registrados na CETIP (USD x CDI)								
	Banco Tokyo	US\$ 75	14/01/2014	10/01/2017	110	16	113	11
	Banco JP Morgan	US\$ 50	19/03/2014	21/03/2016	77	14	82	11
	Citibank	US\$ 16	14/10/2014	14/10/2015	-	3	-	2
	Mizuho	US\$ 50	31/10/2014	31/10/2017	70	8	69	4
	Citibank	US\$ 85	21/11/2014	21/11/2016	109	3	112	(4)
	Citibank	US\$ 5	14/10/2014	14/10/2015	-	1	-	1
	Banco Tokyo	US\$ 75	02/01/2015	29/12/2016	94	-	98	-
	Citibank	US\$ 5	28/01/2015	28/01/2016	6	-	7	-
	HSBC	US\$ 100	25/02/2015	25/11/2016	100	-	102	-
	Bradesco	US\$ 100	27/04/2015	24/04/2016	66	-	76	-
	Citibank	US\$ 50	10/04/2015	10/04/2017	38	-	37	-
	Citibank	US\$ 30	14/04/2015	17/04/2017	22	-	22	-
	Banco Tokyo	US\$ 50	31/07/2015	31/07/2017	26	-	26	-
	Bank of America	US\$ 40	14/09/2015	14/09/2017	(1)	-	-	-
	Scotiabank	US\$ 50	30/09/2015	29/09/2017	(7)	-	(4)	-
	Agricole	EUR 50	07/10/2015	08/10/2018	(13)	-	(18)	-
	Itaú BBA	US\$ 50	27/10/2015	17/01/2017	(3)	-	(1)	-
Swap taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)								
	Banco do Brasil	R\$ 130	28/06/2010	02/06/2015	-	13	-	12
	Itaú BBA	R\$ 21	11/11/2014	05/11/2026	-	1	-	1
	Itaú BBA	R\$ 54	14/01/2015	05/01/2027	(1)	-	(1)	-
					693	59	720	38

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

#### 19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
PIS e COFINS	<b>16</b>	31	<b>396</b>	360
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<b>3</b>	48	<b>52</b>	161
ICMS	<b>27</b>	23	<b>154</b>	153
Outros	<b>9</b>	6	<b>148</b>	118
	<b>55</b>	108	<b>750</b>	792
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (i)	<b>644</b>	680	<b>644</b>	680
Outros (ii)	<b>8</b>	12	<b>8</b>	12
	<b>652</b>	692	<b>652</b>	692
Circulante	<b>135</b>	183	<b>830</b>	867
Não circulante	<b>572</b>	617	<b>572</b>	617

- (i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) - a Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a esse parcelamento. Em 2014, conforme permitido pela lei 12.996/2014, a Administração decidiu antecipar o pagamento de R\$366 de impostos parcelados, utilizando imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal no valor de R\$256 registrado nas subsidiárias e efetuando pagamento de R\$97.
- (ii) Outros - Parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e podem ser pagos em 120 meses.

19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados do não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<b><u>Em</u></b>	<b><u>Controladora</u></b>	<b><u>Consolidado</u></b>
2017	<b>79</b>	<b>79</b>
2018	<b>76</b>	<b>76</b>
2019	<b>76</b>	<b>76</b>
À partir de 2020	<b>341</b>	<b>341</b>
	<b>572</b>	<b>572</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Imposto de renda e contribuição social

#### 20.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	319	1.359	70	2.320
IR e CSLL à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(81)	(340)	(65)	(689)
Provisão para não realização de imposto de renda diferido	-	-	(197)	(60)
Multas fiscais	(7)	(2)	(11)	(2)
Equivalência patrimonial	33	178	34	32
Diferença de alíquota em empresas no exterior	-	-	18	-
Reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(104)	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	1	12	(21)	(17)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(54)	(152)	(346)	(736)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Corrente	5	(84)	(211)	(514)
Diferido	(59)	(68)	(135)	(222)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(54)	(152)	(346)	(736)
Taxa efetiva	16,93%	11,18%	N/A	31,72%

A CBD não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota da CBD é 25%.

#### 20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação
Prejuízos fiscais	-	-	232	354
Provisão para baixa de diferenças temporárias	-	-	(59)	-
Provisão para demandas judiciais	141	156	344	346
Provisão para operações com instrumentos financeiros derivativos tributados pelo regime de caixa	(107)	(5)	(100)	(10)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	1	1	106	94
Provisão para despesas correntes	5	3	68	63
Amortização fiscal de ágio	(10)	16	(595)	(469)
Ajuste a valor presente	1	1	(12)	(6)
Ajuste arrendamento mercantil	5	8	(48)	(95)
Ajuste a marcação a mercado	(2)	(2)	(2)	(2)
Mais-valia de ativos adquiridos na combinação de negócio	-	-	(790)	(790)
Inovação tecnológica realização futura	(18)	(21)	(18)	(21)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	(25)	(114)	(20)	(124)
Provisão arbitragem Morzan	50	-	50	-
Outras	9	13	66	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	50	56	(778)	(642)
Ativo não circulante	50	56	406	491
Passivo não circulante	-	-	(1.184)	(1.133)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50	56	(778)	(642)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

#### 20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	6	205
2017	18	92
2018	18	99
2019	8	10
Após 2019	-	-
	<b>50</b>	<b>406</b>

#### 20.3 Alterações em imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
	<b>Reapresentação</b>			
<b>No início do exercício</b>	<b>56</b>	121	<b>(642)</b>	(110)
Despesas no exercício	<b>(59)</b>	(68)	<b>(135)</b>	(222)
Arbitragem Morzan (nota 1.1)	<b>50</b>	-	<b>50</b>	-
Custo IPO CNova NV (vide nota 25.9 (iii))	<b>3</b>	-	<b>(46)</b>	41
Variação cambial	-	-	<b>29</b>	4
Pagamento de parcelamentos e outras obrigações fiscais (i)	-	-	-	(379)
Outros	-	3	<b>(34)</b>	24
<b>No final do exercício</b>	<b>50</b>	56	<b>(778)</b>	(642)

- (i) Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos acumulados utilizados para pagamento de impostos no âmbito de um programa Federal (REFIS)



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Aquisição de participação de acionistas não controladores

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Aquisição de participação em Assaí (a)	7	6
Aquisição de participação em Sendas (b)	69	124
Aquisição de participação em CD Colombia (c)	28	-
	<b>104</b>	<b>130</b>
Passivo circulante	76	73
Passivo não circulante	28	57

- a) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assaí, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacado de autosserviços” para o Grupo.
- b) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas em dezembro de 2010 equivalente a 42,57% do capital social à época pelo valor total de R\$377. Em 31 de dezembro de 2015 remanesce uma parcela anual, contabilizada pelo valor presente, com previsão de atualização pelo IPCA, sendo a última amortização em julho de 2016.
- c) Valor se refere a instrumentos de opções recíprocas de compra e venda entre a subsidiária Cnova N.V. e acionistas minoritários detentores de 29% da operação de e-commerce na Colômbia. Existem regras de cálculo para o valor da opção que aponta para o maior entre cotações de mercados, múltiplos e fluxos de caixa descontados. A opção se torna exercível a partir de 1º de novembro de 2017.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada por seus consultores jurídicos e corroborada pela Companhia e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis:

#### 22.1 Controladora

	<b>PIS/ COFINS</b>	<b>Fiscais e outras</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Regulatórias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	209	67	149	63	8	496
Adições	36	124	30	24	13	227
Pagamentos	-	(4)	(15)	(3)	(1)	(23)
Reversões	(6)	(2)	(11)	(24)	(9)	(52)
Atualização monetária	7	5	15	12	2	41
Pagamento por parcelamento	(206)	-	-	-	-	(206)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	40	190	168	72	13	483
Adições	15	10	23	42	22	112
Pagamentos	-	-	(59)	(10)	(6)	(75)
Reversões	-	(34)	(6)	(54)	(16)	(110)
Atualização monetária	3	21	24	16	3	67
Pagamento por parcelamento	5	-	2	5	1	13
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	63	187	152	71	17	490

#### 22.2 Consolidado

	<b>PIS/ COFINS</b>	<b>Fiscais e outras</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Regulatórias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	272	403	297	154	21	1.147
Adições	53	173	297	170	25	718
Pagamentos	-	(4)	(64)	(43)	(5)	(116)
Reversões	(47)	(2)	(66)	(127)	(14)	(256)
Atualização monetária	12	16	57	43	5	133
Transferências	-	-	-	1	1	2
Pagamento parcelado	(211)	(85)	-	-	-	(296)
Reorganização societária (nota 13 b))	-	8	-	3	-	11
Variação cambial	-	1	-	-	-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	79	510	521	201	33	1.344
Adições	25	23	371	312	37	768
Pagamentos	-	(10)	(187)	(139)	(15)	(351)
Reversões	(8)	(138)	(179)	(191)	(29)	(545)
Atualização monetária	7	33	68	52	8	168
Transferências	-	(9)	2	7	-	-
Variação cambial	-	5	1	6	-	12
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	103	414	597	248	34	1.396

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 22.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

##### 22.3.1 COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas passaram a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições e outros assuntos de menor expressão. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$103 (R\$79 em 31 de dezembro de 2014).

##### 22.3.2 Fiscais

A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus consultores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São elas: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro; (iv) questionamentos relacionados à aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelos fiscos estaduais; e (v) outros assuntos de menor expressão.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 para esses assuntos é de R\$121 (R\$108 em 31 de dezembro de 2014).

##### ICMS

Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal ("STF"), em 16 de outubro de 2014, decidiu que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$128 em 31 de dezembro de 2015 (R\$147 em 31 de dezembro de 2014), por considerar esta demanda como perda "provável". Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda.

##### 22.3.3 Lei complementar nº110/2001

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$62 (R\$48 em 31 de dezembro de 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 22.3 Tributárias – Continuação

##### 22.3.4 Outros passivos contingentes de natureza fiscal – Cdiscount

Foram constituídas provisões tributárias das empresas do comércio eletrônico localizadas no exterior. Em 31 de dezembro de 2015 o montante registrado é de R\$13 (R\$20 em 31 de dezembro de 2014).

##### 22.3.5 Outros passivos contingentes de natureza fiscal – Via Varejo

Foram constituídas provisões tributárias de passivos contingentes, na ocasião da combinação de negócios com a Via Varejo, de acordo com o requerido no CPC 15(R1)/ (IFRS 3). Em 31 de dezembro de 2015 o montante registrado é de R\$84 (R\$87 em 31 de dezembro de 2014) de passivos contingentes tributários.

Esses casos provisionados referem-se principalmente a processos administrativos relativos às compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

##### 22.3.6 Outros passivos contingentes de natureza fiscal com Bartira

Em consonância com a combinação de negócios da Bartira ocorrida em 2013, foram registrados certos passivos. A principal matéria referia-se a questões tributárias, que na data da combinação de negócios totalizam R\$106 entre imposto de renda e contribuição social, PIS, COFINS e ICMS. Deste total, R\$100 representam riscos que expiraram no primeiro semestre de 2015, sendo este passivo baixado e reconhecido no resultado na rubrica “Outras Receitas/Despesas”, líquido do valor de R\$23 utilizado com o imposto de renda.

Em 31 de dezembro de 2015 o total das contingências relacionadas ao PPA Bartira monta a R\$18, sendo R\$6 de contingências tributárias e R\$12 de contingências trabalhistas (R\$118 em 31 de dezembro de 2014).

##### 22.3.7 Outros passivos contingentes de natureza fiscal com REFIS

A Lei 12.996/2014 modificada pela MP 651 introduziu benefícios de redução de juros e multas para pagamentos à vista e parcelados sobre débitos federais. A Companhia entendeu adequado ingressar no REFIS para liquidar parte dos seus débitos, utilizando-se também de prejuízos fiscais para pagamento do saldo devedor.

#### 22.4 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$597 (R\$521 em 31 de dezembro de 2014), referente ao potencial risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são atualizados monetariamente de acordo com a tabela disponibilizada pelo TST (“Tribunal Superior do Trabalho”), acrescida de juros mensais de 1%.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 22.5 Cíveis e outros

A Companhia e suas controladas respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2015, o montante da provisão para essas ações é de R\$45 (R\$55 em 31 de dezembro de 2014), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), INMETRO e Prefeituras. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2015, o montante da provisão para essas ações é de R\$34 (R\$ 35 em 31 de dezembro de 2014).
- A controlada Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$64 em 31 de dezembro de 2015 (R\$86 em 31 de dezembro de 2014).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2015 é de R\$282 (R\$234 em 31 de dezembro de 2014).

#### 22.6 Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$12.717 em 31 de dezembro de 2015 (R\$8.552 em 31 de dezembro de 2014), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$410 em 31 de dezembro de 2015 (R\$318 em 31 de dezembro de 2014). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, ILL - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. Os processos aguardam julgamento administrativo e judicial. O montante envolvido equivale a R\$2.056 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.368 em 31 de dezembro de 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 22.6 Outros passivos contingentes não provisionados – Continuação

Dentre esses processos, existem os relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago e oriundo de transações entre os acionistas. O valor envolvido (e incluído no parágrafo acima) é de R\$1.046 em 31 de dezembro de 2015 (R\$692 em 31 de dezembro de 2014), classificado por perda possível e existe outra parte classificada como remota.

Ágio Mandala: autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$72 de IRPJ e CSLL.

- COFINS, PIS e CPMF e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações com créditos de IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos – adquiridos de terceiros com decisão transitada em julgado, outros pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS de produtos preponderantemente monofásico, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$2.270 de 31 de dezembro de 2015 (R\$921 em 31 de dezembro de 2014).
- ICMS - o GPA foi autuado pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17 do Estado de São Paulo; (iv) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (v) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (vi) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$6.765 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.087 em 31 de dezembro de 2014), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.
- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R\$387 em 31 de dezembro de 2015 (R\$353 em 31 de dezembro de 2014) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$829 em 31 de dezembro de 2015 (R\$505 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2015 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$100 (R\$122 em 31 de dezembro de 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 22.6 Outros passivos contingentes não provisionados – Continuação

Nossa subsidiária Cnova, alguns de seus antigos e atuais diretores, e os *underwriters* da oferta pública inicial da Cnova, ou IPO, foram indicados como réus em um *class action* na Corte do Distrito Sul de Nova Iorque, apresentando reclamações relacionadas com a situação macro-econômica no Brasil e enfatizados pelo assunto da revisão interna. Em decorrência deste *class action*, Cnova poderá incorrer em despesas significativas (incluindo, sem limitação, à honorários advocatícios substanciais e outros honorários de consultores e obrigações de indenizar alguns antigos e atuais diretores e os *underwriters* da oferta pública inicial da Cnova, que são ou podem se tornar parte ou envolvidos neste assunto). A Companhia e sua subsidiária Cnova estão impossibilitadas, neste momento, de prever a extensão da potencial responsabilidade nesses assuntos, incluindo, se houver, ação paralela que pode ser tomada pela SEC como resultado dos fatos desse assunto ou da revisão interna conduzida pela Companhia, sua subsidiária Cnova e seus consultores, contratados pelo Conselho de Administração da Cnova.

#### 22.7 Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo, valores referentes a depósito judicial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Tributárias	101	61	210	163
Trabalhistas	329	332	711	618
Cíveis e outras	18	17	44	44
Regulatórias	11	10	34	32
Total	459	420	999	857

#### 22.8 Garantias

<u>Ações</u>	Imóveis	Equipamentos	Carta de fiança	Total
Tributárias	855	-	7.524	8.379
Trabalhistas	6	3	40	49
Cíveis e outras	-	-	302	302
Regulatórias	10	-	7	17
Total	871	3	7.873	8.747

O custo das garantias é aproximadamente 0,98% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Operações de arrendamento mercantil

#### 23.1 Arrendamento operacional

##### (i) Pagamentos mínimos não canceláveis

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Menos 1 ano	51	18
De 1 a 5 anos	203	69
Mais de 5 anos	345	49
<b>Total</b>	<b>599</b>	<b>136</b>

Refere-se a contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento. Os contratos de arrendamento operacional variam de 3 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados os contratos não canceláveis. Há outros contratos de arrendamento operacional que na avaliação da Administração são considerados como canceláveis, cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante anual da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) abaixo.

##### (ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que os contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que, podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Pagamentos mínimos na rescisão	245	235	746	769
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>235</b>	<b>746</b>	<b>769</b>

##### (iii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<b>Despesas (receitas) do exercício:</b>				
Pagamentos contingentes	352	348	608	628
Pagamentos não contingentes	137	148	997	916
Subarrendamentos (*)	(147)	(131)	(215)	(168)

(\*) Refere-se principalmente aos contratos de alugueis a receber das galerias comerciais.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Operações de arrendamento mercantil -- Continuação

#### 23.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$264 em 31 de dezembro de 2015 (R\$263 em 31 de dezembro de 2014), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	30	25	44	34
De 1 a 5 anos	91	87	157	133
Mais de 5 anos	26	44	63	96
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	147	156	264	263
Encargos futuros de financiamento	179	15	238	60
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	326	171	502	323

### 24. Receitas a apropriar

A Companhia e a subsidiária Via Varejo receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*) para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
Garantias complementares ou estendidas (nota 24.1)	42	48	777	859
Contrato Bradesco (nota 24.2)	-	-	699	25
Contrato de permuta	-	-	65	70
Investimento em mídia	-	21	-	48
Contrato de prestação de serviço - Allpark	16	-	16	-
<i>Back lights</i>	-	-	36	28
<i>Spread BCA - Customers base exclusivity (5 anos)</i>	-	-	6	10
<i>Tax credit research</i>	-	-	5	2
Outros	2	-	39	4
	60	69	1.643	1.046
Circulante	28	4	420	212
Não circulante	32	65	1.223	834

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Receitas a apropriar

#### 24.1 Contrato celebrado com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A (“Zurich”)

Em 29 de agosto de 2014, a subsidiária Via Varejo celebrou com a Zurich novos contratos para venda de seguro-garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. A vigência deste contrato é de até 8 anos. Em 1º de outubro de 2014, as condições precedentes existentes nos contratos foram cumpridas.

A subsidiária Via Varejo recebeu a quantia de R\$850 a título de antecipação pela angariação de seguros, dos quais R\$150 foram recebidos em setembro de 2014, e R\$700 em outubro de 2014.

Também em setembro de 2014, o antigo provedor de seguro de garantia estendida nas lojas bandeira Casas Bahia e Ponto Frio foi devidamente notificado quanto à rescisão antecipada dos referidos contratos, tendo a Companhia acordado pagar a quantia de R\$584 em decorrência da (i) recompra do direito concedido ao antigo provedor para explorar sua base de clientes pelo prazo do contrato, reconhecidos no ativo intangível da Companhia (R\$187); e (ii) devolução das antecipações realizadas na celebração do contrato devido a sua rescisão antecipada (R\$397). Os valores foram liquidados em 01 de outubro de 2014.

#### 24.2 Contrato celebrado com a Bradesco

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard S.A. (conjuntamente, “Bradesco”) com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo (i) disposições sobre a oferta de cartões co-branded e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca “Casas Bahia” e (ii) disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões no valor de R\$550 e remunerações adicionais no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas nos próximos 9 anos, enquanto as remunerações adicionais de R\$154 conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Patrimônio líquido

### 25.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015, é representado por 265.702 (265.283 em 31 de dezembro de 2014) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2015 (99.680 em 31 de dezembro de 2014) e 166.022 em milhares de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2015 (165.603 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

- Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12 de fevereiro de 2015, 20 de março de 2015, 7 de maio de 2015, 29 de julho de 2015, 29 de outubro de 2015 e 17 de dezembro de 2015 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$14 mediante a emissão de 418 mil de ações preferenciais (R\$28 em 31 de dezembro de 2014).

### 25.2 Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo, para fins de cálculo do respectivo valor, o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

### 25.3 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos Baseados em Ações.

### 25.4 Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Em 9 de maio de 2014, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (i) a descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações “Ações com Açúcar” (“Plano de Opção Antigo”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, para novas outorgas de opções, sem prejuízo das opções já outorgadas que permanecerão em vigor sob os mesmos termos e condições; (ii) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Opção”); e (iii) a criação do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Remuneração” e, em conjunto com o Plano de Opção Antigo e o Plano de Opção, os “Planos”).

A seguir descrevemos nosso plano de remuneração que estava em vigor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e os dois planos do exercício social corrente:

##### Plano de opção Antigo

Nosso Plano de Opção Antigo é administrado por um comitê eleito pelo nosso Conselho de Administração, denominado Comitê de Administração do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Comitê de *Stock Option*”). Esse comitê determinava os funcionários a serem beneficiados periodicamente com opções de compra de ações, com base em suas atribuições, responsabilidades e performance, definindo as condições aplicáveis.

Nosso Comitê de *Stock Option* desenvolve ciclos anuais de outorga de opções. Cada ciclo de outorga recebeu um número de série iniciado pela letra A. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries A6 a A7 do Plano de Opção Antigo.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção Antigo podem ser diferenciadas em “*Gold*” e “*Silver*”, diferenciação que implica em alteração no preço de exercício das opções.

Nas opções classificadas como “*Silver*”, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente à média do preço de fechamento nas negociações de ações preferenciais de emissão da nossa Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data em que o Comitê de *Stock Option* deliberou a outorga da opção. Após apurado esse preço médio, era aplicado um deságio de 20%. Nas opções classificadas como “*Gold*”, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente a R\$0,01. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

O Comitê de *Stock Option* aprovou durante o ano de 2013, novos critérios para apuração do índice de redução e/ou aumento (redutor ou acelerador) da quantidade de opções outorgadas classificadas como “*Gold*” em cada série do Plano de Opção Antigo, de acordo com a análise do cumprimento do conceito do retorno sobre o capital investido (ROIC). De acordo com o item 3.3 do Plano de Opção Antigo, o Comitê decidiu que, a partir da Série A6, inclusive, a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo “*Gold*” seria apurado com base no atendimento do *Return on Capital Employed* (ROCE) da CBD.

Não há um limite para a redução ou aceleração naquele novo critério aprovado. No *vesting* da opção seria calculado o ROIC/ROCE médio dos 3 últimos exercícios sociais, frente ao ROIC/ROCE determinado na outorga de cada série.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

##### Plano de opção Antigo -- Continuação

Como regra geral do Plano de Opção Antigo, que podia ser alterada pelo Comitê de *Stock Option* em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês, contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, onde o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como “*Silver*”. O exercício das opções classificadas como “*Gold*” ocorrerá no mesmo período, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de *Stock Option* no 35º mês, contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção Antigo podem ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções “*Gold*” são adicionais às opções “*Silver*” e, dessa forma, as opções “*Gold*” somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções “*Silver*”.

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção Antigo deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário em uma única parcela devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações

##### Plano de Remuneração

O Plano de Remuneração será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração para assessorá-lo na administração do Plano de remuneração (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B” seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B1 e B2 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga (“Período de Carência”), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da Data da Outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da Data da Outorga (“Período de Exercício”), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R\$ 0,01 (um centavo) (“Preço de Exercício”).

O Preço de Exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio Líquido – Continuação

#### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

##### Plano de Remuneração – Continuação

O Participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante quantidade equivalente aos tributos retidos.

##### Plano de Opção

O Plano de Opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual, instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia para assessorá-lo na administração do Plano de Opção (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e, sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “C” seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C1 e C2 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que deliberar a outorga das opções daquela série (“Preço de Exercício”).

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga (“Período de Carência”), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga (“Período de Exercício”).

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente termo de exercício de opção durante o Período de Exercício.

O Preço de Exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Patrimônio líquido – Continuação

### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

#### Plano de Opção – Continuação

As informações relativas ao Plano de Opção Antigo, Plano de Opção e Plano de Remuneração estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de opções			
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2014									
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(512)	(2)	-
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(181)	(1)	-
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(282)	(14)	3
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(282)	(14)	3
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(329)	(32)	165
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(329)	(32)	165
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(137)	(27)	194
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(137)	(27)	194
Série B1 -	30/05/2014	30/05/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(5)	(32)	202
Série C1 -	30/05/2014	30/05/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(6)	(31)	202
						3.540	(2.200)	(212)	1.128

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de opções			Total em vigor
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	
Saldo em 31 de dezembro de 2015									
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(285)	(14)	-
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(285)	(14)	-
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(490)	(36)	-
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(488)	(36)	2
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(172)	(35)	151
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(172)	(35)	151
Série B1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(16)	(54)	169
Série C1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(11)	(64)	164
Série B2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	0,01	0,01	337	(5)	(16)	316
Série C2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	77,27	77,27	337	-	(23)	314
						3.518	(1.924)	(327)	1.267

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

##### Plano de Opção – Continuação

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Opção Antigo, o Comitê de *Stock Option* em 30 de abril de 2014 aprovou que não houve redução e/ ou aceleração referente à Série A5.

##### Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - GPA – Novas Séries B2 e C2

A Companhia instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2015.

Conforme os termos dos planos, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial da Companhia. Em ambos os planos, existe um período de carência de 36 meses sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva serie de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 36 meses da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia. Para este plano foram outorgados 674 mil opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2015, havia 233 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$41,86 para cada ação.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2015 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2015	31.12.2014
Quantidade de ações total	265.702	265.283
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.267	1.128
Percentual máximo de diluição	0,48%	0,43%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B1 e C1: (a) expectativa de dividendos de 0,96%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 22,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,70%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B2 e C2: (a) expectativa de dividendos de 1,37%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 24,34% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 12,72%.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2015 é de 1,75 anos (1,52 anos em 31 de dezembro de 2014). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$67,35 (R\$69,71 em 31 de dezembro de 2014).

	<b>Ações</b>	<b>Média ponderada do preço de exercício</b>	<b>Média ponderada do prazo contratual remanescente</b>	<b>Valor intrínseco agregado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>				
Outorgadas durante o exercício	477	41,61		
Canceladas durante o exercício	(99)	39,92		
Exercidas durante o exercício	(830)	32,76		
Em aberto no fim do exercício	1.128	38,16	1,52	66.905
Total a exercer em 31 de dezembro de 2014	1.128	38,16	1,52	66.905
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>				
Outorgadas durante o exercício	674	38,64		
Canceladas durante o exercício	(117)	45,53		
Exercidas durante o exercício	(418)	32,62		
Em aberto no fim do exercício	1.267	39,57	1,75	26.586
Total a exercer em 31 de dezembro de 2015	1.267	39,57	1,75	26.586

Em 31 de dezembro de 2015 havia opções a serem exercidas na Série A6.

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$11 (R\$37 em 31 de dezembro de 2014).

#### 25.6 Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composta por: (i) reserva de variação cambial, que corresponde ao efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados em Reais, correspondendo ao investimento do CBD na subsidiária Cdiscount. O efeito na controladora foi de R\$88 e para não controladores foi de R\$137 e (ii) Plano de Pensão, divulgado na nota explicativa nº31.1.

#### 25.7 Efeito no patrimônio líquido relacionado ao pagamento de decisão arbitral

Conforme mencionado na nota explicativa nº1.1, com base na decisão do CCI, a Companhia deverá indenizar à Morzan o montante estimado de R\$200 (com efeito de imposto de renda de R\$50), como consequência da decisão que interpretou que a Companhia não observou integralmente do disposto no Contrato de Compra e Venda de Ações assinado por ocasião da aquisição do controle da Globex, o qual previa a liquidação em ações de parte do preço de aquisição, com garantia sobre variação de seu valor de mercado, cuja variação é determinada em datas específicas para liberação da restrição de negociação dessas ações. O valor foi lançado a débito no patrimônio líquido, considerando que se refere a uma liquidação subsequente (que será efetuada em caixa) de recompra indireta de um instrumento patrimonial (garantia da variação do valor de mercado das ações) concedido aos antigos controladores da Globex ("Morzan") em conexão com o Contrato de Compra de Ações. De acordo com o IAS 32, uma reclassificação de um instrumento patrimonial para o passivo deve ser realizada pelo valor justo e qualquer diferença para os saldos anteriormente reconhecidos nas demonstrações financeiras deve ser contabilizada em contrapartida ao patrimônio líquido.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.8 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) de 24 de abril de 2015, os acionistas aprovaram a proposta da Administração em reunião de 20 de março de 2015, onde o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento respectivo à destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$194, o qual corresponde à remuneração de R\$0,6890176962 por ação ordinária e R\$0,7579194658 por ação preferencial, pagos em 24 de junho de 2015.

Em 07 de maio e 28 de julho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou antecipações de distribuição de dividendos no valor de R\$38, sendo R\$0,15 por ação preferencial e R\$0,136365 por ação ordinária, pagos, respectivamente, em 28 de maio e 08 de agosto de 2015.

Em 29 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou antecipações de distribuição de dividendos no valor de R\$39, sendo R\$0,15 por ação preferencial e R\$0,136365 por ação ordinária, pagos em 11 de novembro de 2015.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de dividendos aos seus acionistas no valor de R\$115, conforme acima, realizadas no exercício de 2015 (R\$194 o total distribuído em 31 de dezembro de 2014). O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, com a apuração do resultado do ano. A administração da Companhia propôs dividendos complementares no valor de R\$4

	Dividendos propostos	
	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação	Reapresentação
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>265</b>	1.207
Reserva legal	(13)	(60)
Base de cálculo dos dividendos	<b>252</b>	1.147
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<b>63</b>	287
Dividendos adicionais propostos	<b>52</b>	15
Dividendos intermediários pagos	(115)	(108)
Dividendos a pagar	<b>-</b>	194

#### 25.9 Transação com acionistas não controladores

Em 2015, os valores registrados diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido nas linhas Transações com não controladores nos montantes de R\$(43) (controlador) e R\$(1) (não controlador), referem-se a:

- Perda na participação societária: Efeitos da transação em que a Companhia recebeu valores em aberto contra administradores de Cnova (nota 12 iv) em ações a valor de mercado, sendo que o valor de mercado excedia o valor patrimonial no montante de R\$(36) (controlador).
- Outros efeitos de R\$(7) (controlador) e R\$(1) (não controlador).
- Efeito de R\$(16) (controlador) e R\$(29) (não controlador) relacionado ao imposto de renda sobre custo de IPO Cnova N.V.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.9 Transação com acionistas não controladores – Continuação

Em 2014, os valores registrados diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido nas linhas Transações com não controladores nos montantes de R\$16 (controlador) e R\$(21) (não controlador), referem-se a:

- i) Transação com não controladores: Combinação de Negócios Asia – Nota 13.1 (iv). Efeito no Patrimônio Líquido de R\$(15) (controlador) e R\$(21) (não controlador).
- ii) Ganho ou perda na participação societária: Efeitos de transações realizadas com acionistas não controladores da subsidiária Cdiscount no montante de R\$(5) (controlador) e R\$(2) (não controlador).
- iii) Efeitos da participação minoritária nas controladas do segmento de e-commerce no montante de R\$47.
- iv) Outros efeitos da reorganização societária de e-commerce.

#### 25.10 Plano de pagamento em ações de subsidiárias

##### i) Planos – Cdiscount

A subsidiária Cdiscount possui dois planos de pagamentos em ações:

Ações diferidas – Plano de 1.319.999 ações outorgadas em 19 de novembro de 2014, cujo direito por parte dos beneficiários foi imediatamente satisfeito na outorga, no entanto, serão entregues sem nenhum custo após 4 anos. A despesa para este plano foi reconhecida imediatamente no montante de R\$19.

Plano de Apreciação de Ações – Plano de 4.746.907 ações outorgadas em 19 de novembro de 2014, cujo direito será satisfeito em 4 anos de acordo com o tempo na Companhia. O preço de exercício será pago em dinheiro igual ao excesso. Se algum, do (a) o menor do preço de fechamento da ação na NASDAQ no fechamento e 220% do preço do IPO. Sobre (b) 120% do preço do IPO.

##### ii) Planos – Via Varejo

A Via Varejo possui dois programas de opções de compra de ações ainda vigentes. O programa outorgado em 2014 contempla (i) séries A1 e A2 com um preço de exercício a R\$19,98 e (ii) séries B1 e B2 com um preço de exercício a R\$0,01. Para o programa outorgado em 2015, as planos contemplados são (i) série A3 com um preço de exercício a R\$15,00 e (ii) série B3 com um preço de exercício a R\$0,01. Ambos os programas tem vesting period de 36 meses. A despesa acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 relativa aos planos foi de R\$9 (R\$4 em 31 de dezembro de 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Receita de venda de bens e/ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação		Reapresentação	
Receita bruta de vendas				
Mercadorias	24.537	24.276	74.454	71.488
Prestação de serviços	272	263	3.011	1.737
Serviços financeiros	-	-	1.398	1.419
Devoluções e cancelamento de vendas	(501)	(395)	(1.809)	(1.976)
	24.308	24.144	77.054	72.668
Impostos	(1.843)	(1.895)	(7.834)	(7.261)
Receita líquida	22.465	22.249	69.220	65.407

### 27. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação		Reapresentação	
Custo com estoques	(15.327)	(16.015)	(50.245)	(48.610)
Despesas com pessoal	(2.861)	(2.248)	(7.340)	(5.593)
Serviços de terceiros	(305)	(353)	(2.218)	(2.959)
Despesas funcionais	(1.354)	(992)	(2.950)	(1.511)
Despesas comerciais	(643)	(402)	(2.630)	(1.008)
Outras despesas	(285)	(189)	(581)	(748)
	(20.775)	(20.199)	(65.964)	(60.429)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(16.342)	(16.015)	(52.934)	(48.610)
Despesas com vendas	(3.950)	(3.622)	(11.313)	(10.333)
Despesas gerais e administrativas	(483)	(562)	(1.717)	(1.486)
	(20.775)	(20.199)	(65.964)	(60.429)

### 28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação		Reapresentação	
Provisão para demandas judiciais (a)	-	(121)	-	(151)
Efeito de valores indenizados a Via Varejo e CB e				
Gastos com Associação (b)	(70)	(101)	(70)	(101)
Gastos Cnova (c)	-	(2)	(44)	(39)
Parcelamento de impostos - Refis	(17)	(40)	(51)	23
PPA Bartira (e)	-	-	77	-
Gastos com integração e reestruturação (d)	(126)	(64)	(429)	(114)
Resultado com ativo permanente	(36)	(22)	(148)	(58)
Outros	(11)	(4)	(19)	(1)
Total	(260)	(354)	(684)	(441)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas – Continuação

- a) Em 2014, em decorrência da recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema de ICMS Cesta Básica, a administração da Companhia, com base em opinião legal de seu advogado externo, entendeu adequado efetuar provisionamento a respeito do assunto, conforme mencionado na nota explicativa nº 22.
- b) Em 2014 e 2015, valores relacionados a indenização decorrentes de despesas de contingências referentes a períodos anteriores a associação com CB.
- c) Em 2014, refere-se a gastos incorridos relacionados aos esforços de abertura de capital da subsidiária Cnova N.V., considerados como não diretamente atribuíveis aos custos de transação desta operação, e em 2015 refere-se aos custos de investigação, conforme mencionado na nota 1.4.
- d) Trata-se de valores rescisórios pagos a executivos e funcionários do Grupo, cujo desligamento foi informado ou efetuado durante os anos de 2014 e 2015, e que representaram mudança importante na estrutura dos departamentos.
- e) Contingências PPA Bartira que expiraram no exercício, conforme mencionado na nota 22.3.6.

### 29. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
			Reapresentação	Reapresentação
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(636)	(514)	(1.133)	(687)
Custo com antecipação de recebíveis	(79)	(98)	(720)	(1.110)
Atualizações monetárias passivas	(210)	(115)	(325)	(237)
Outras despesas financeiras	(69)	(88)	(251)	(161)
Total de despesas financeiras	(994)	(815)	(2.429)	(2.195)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	86	94	363	417
Atualizações monetárias ativas	144	102	397	249
Outras receitas financeiras	2	5	16	23
Total de receitas financeiras	232	201	776	689
Total	(762)	(614)	(1.653)	(1.506)

Os efeitos do *hedge* nos exercícios findos em 2015 e 2014 estão divulgados na nota nº18.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Lucro por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Reapresentação			Reapresentação		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
<b>Numerador básico</b>						
Lucro básico alocado	171	94	265	779	428	1.207
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	171	94	265	779	428	1.207
<b>Denominador básico (milhares de ações)</b>						
Média ponderada da quantidade de ações	166	100	266	165	100	265
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	1,03282	0,93893		4,71968	4,29062	
<b>Numerador diluído</b>						
Lucro líquido alocado disponível a acionistas Ordinários e preferenciais	171	94	265	779	428	1.207
	171	94	265	779	428	1.207
<b>Denominador diluído</b>						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	166	100	266	165	100	265
Média ponderada diluída das ações (milhares)	166	100	266	165	100	265
<b>Lucro diluído por milhares de ações (R\$)</b>	<b>1,03040</b>	<b>0,93869</b>		<b>4,70705</b>	<b>4,29062</b>	

As opções concedidas pela controlada CNova N.V. não estão sendo consideradas no cálculo do lucro diluído por ação por serem consideradas antilutivas em virtude do prejuízo apresentado pela referida subsidiária.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Plano de benefício

#### 31.1 Planos de pensão

Na França, um acordo específico do segmento entre empregados e empresas determina o pagamento de valores aos empregados na data da aposentadoria, baseados dos anos de serviços prestados e o salário na época de aposentadoria.

Principais premissas usadas na determinação da obrigação de benefícios definidos:

	<b>Cdiscount</b>
	<b>2015</b>
Taxa de desconto	2,00%
Taxa esperada de aumento futuro de salários	1,80%
Idade de aposentadoria	64

A taxa de desconto é determinada como referência pela *Bloomberg* 15-anos AA *corporate composite index*.

Reconciliação das obrigações no balanço patrimonial:

	<b>Cdiscount</b>
	<b>2015</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7</b>
Custo do período	<b>2</b>
Variação cambial	<b>2</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>11</b>

#### 31.2 Plano de previdência privada de contribuição definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrada pela instituição financeira BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários, sendo os valores pagos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$4 (R\$3 em 31 de dezembro de 2014) e as contribuições dos funcionários de R\$4 (R\$7 em 31 de dezembro de 2014). O plano contava com 859 participantes em 31 de dezembro de 2015 (921 em 31 de dezembro de 2014).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2015, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Controladora	Consolidado
		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	9.250	23.478
Lucro	Lucros cessantes	4.452	8.636
Automóveis e outros (*)	Perdas e Danos	448	846

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$384.

(\*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

### 33. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls & Properties”.
- Eletro - inclui as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.
- Atacado de autosserviços - inclui a bandeira “ASSAÍ”.
- Comércio eletrônico - inclui os “sites” [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br), [www.extra.com.br](http://www.extra.com.br), [www.casasbahia.com.br](http://www.casasbahia.com.br), [www.barateiro.com.br](http://www.barateiro.com.br), [www.partiuviaagens.com.br](http://www.partiuviaagens.com.br) e [www.cdiscountry.com.br](http://www.cdiscountry.com.br).

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes através dos segmentos. Desta maneira consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 33. Informações sobre os segmentos – Continuação

Reapresentação														
Descrição	Varejo		Atacado de autoserviços		Eletro		Comércio eletrônico		Total		Eliminação (*)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita líquida de vendas	26.744	26.415	10.453	8.326	19.268	22.674	12.827	8.057	69.292	65.472	(72)	(65)	69.220	65.407
Lucro bruto	7.508	7.549	1.537	1.208	6.172	7.355	1.069	697	16.286	16.809	-	(12)	16.286	16.797
Depreciação e amortização	(585)	(552)	(98)	(78)	(173)	(139)	(105)	(50)	(961)	(819)	-	-	(961)	(819)
Equivalência patrimonial	81	79	-	-	31	32	-	(3)	112	108	-	-	112	108
Lucro operacional	1.138	1.556	337	233	923	2.123	(675)	(86)	1.723	3.826	-	-	1.723	3.826
Despesas financeiras	(1.047)	(886)	(105)	(71)	(963)	(1.035)	(340)	(250)	(2.455)	(2.242)	26	47	(2.429)	(2.195)
Receita financeira	337	335	28	20	335	356	102	25	802	736	(26)	(47)	776	689
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CSLL	428	1.005	260	182	295	1.444	(913)	(311)	70	2.320	-	-	70	2.320
IR e CSLL	(98)	(253)	(89)	(62)	(64)	(475)	(95)	54	(346)	(736)	-	-	(346)	(736)
Prejuízo (Lucro) líquido do período	330	752	171	120	232	969	(1.009)	(257)	(276)	1.584	-	-	(276)	1.584
Ativo circulante	7.394	8.062	2.187	1.709	10.491	10.366	4.888	3.980	24.960	24.117	-	(96)	24.960	24.021
Ativo não circulante	13.934	13.691	1.868	1.492	5.806	5.283	1.045	1.463	22.653	21.929	(372)	(605)	22.281	21.324
Passivo circulante	6.910	8.026	2.409	1.832	9.463	9.716	6.863	5.106	25.645	24.680	(372)	(699)	25.273	23.981
Passivo não circulante	5.766	5.314	372	235	2.350	1.571	128	52	8.616	7.172	-	(2)	8.616	7.170
Patrimônio líquido	8.652	8.413	1.274	1.134	4.484	4.362	(1.058)	285	13.352	14.194	-	-	13.352	14.194

Descrição	Brasil								Internacional		Total		Eliminação (*)		Total	
	Varejo		Atacado de autoserviços		Eletro		Comércio eletrônico		Comércio eletrônico		Total		Eliminação (*)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita líquida de vendas	26.744	26.415	10.453	8.326	19.268	22.674	6.228	5.629	6.599	2.428	69.292	65.472	(72)	(65)	69.220	65.407
Ativo circulante	7.394	8.062	2.187	1.709	10.491	10.366	2.292	1.630	2.596	2.350	24.960	24.117	-	(96)	24.960	24.021
Ativo não circulante	13.934	13.691	1.868	1.492	5.806	5.283	377	808	668	655	22.653	21.929	(372)	(605)	22.281	21.324
Passivo circulante	6.910	8.026	2.409	1.832	9.463	9.716	3.523	2.608	3.340	2.498	25.645	24.680	(372)	(699)	25.273	23.981
Passivo não circulante	5.766	5.314	372	235	2.350	1.571	25	17	103	35	8.616	7.172	-	(2)	8.616	7.170
Patrimônio líquido	8.652	8.413	1.274	1.134	4.484	4.362	(879)	(187)	(179)	472	13.352	14.194	-	-	13.352	14.194

(\*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 33. Informações sobre os segmentos – Continuação

#### Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação	Reapresentação
Alimentos	53,7%	53,1%
Não alimentos	46,3%	46,9%
Total de vendas	100,0%	100,0%

Os investimentos (Capex) estavam assim apresentados:

	31.12.2015	31.12.2014
	Reapresentação	Reapresentação
Alimentos	1.383	1.110
Não alimentos	602	761
Total de investimentos	1.985	1.871

### 34. Eventos subsequentes

#### 34.1 Dividendos de 2015

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) de 27 de abril de 2016, os acionistas aprovaram a proposta da Administração para distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor total de R\$119, que inclui os dividendos antecipados já declarados. Este valor corresponde a R\$0,4227404801 por ação ordinária e R\$0,4650142281 por ação preferencial.

Excetuadas as antecipações trimestrais já pagas durante 2015, a Companhia pagará em até 60 dias a partir de 27 de abril de 2016, data da realização da AGOE, o valor de R\$4 que corresponde à parcela remanescente de dividendos referente ao ano de 2015. Este valor corresponde a R\$0,013703 por ação ordinária e R\$0,015073 por ação preferencial. Terão direito os detentores de ações em circulação na data-base de 27 de abril de 2016. A partir do dia 28 de abril de 2016, as ações passaram a ser negociadas sem direito aos dividendos ("ex-direito") até a data do seu pagamento, a ser anunciado oportunamente.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34. Eventos subsequentes - Continuação

#### 34.2 Reorganização societária

Em 27 de abril de 2016, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (AGOE), a incorporação de parte do acervo líquido de Sendas Distribuidora. Os passos desta reorganização foram precedidos dos seguintes atos societários: (i) resgate de ações da subsidiária Barcelona detidas pela subsidiária Novasoc (conforme nota 1.3.1; (ii) incorporação aprovada na mesma data, em Sendas Distribuidora da integralidade do acervo líquido da subsidiária Barcelona, que foi, conseqüentemente, extinta; e (iii) cisão de parte do acervo de Sendas Distribuidora, também aprovada na mesma data nesta entidade.

Esta reorganização tem por objetivo a simplificação da estrutura societária do grupo, e será efetivada com os saldos destas entidades em 30 de abril de 2016, não ocasionando impactos nas informações trimestrais consolidadas da Companhia.

#### 34.3 Emissão de notas promissórias

Em 17 de dezembro de 2015 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a primeira emissão de notas promissórias comerciais da Companhia no valor de R\$ 500. Serão emitidas 10 notas promissórias com valor unitário de R\$ 50.

Em 14 de julho de 2016 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a captação de R\$ 500 por meio da segunda emissão pública de notas promissórias comerciais da Companhia. Serão emitidas 200 notas promissórias com valor unitário de R\$2,50. Os recursos líquidos obtidos com ambas emissões serão integralmente utilizados para reforço do capital de giro da Companhia.

#### 34.4 Integração Via Varejo e CNova Brasil

Em 12 de Maio de 2016, a subsidiária Via Varejo anunciou que havia assinado um Memorando de Entendimentos não-vinculante ("MoU") com sua associada Cnova N.V. sobre uma possível reorganização envolvendo a Cnova Brasil com a Via Varejo. Como resultado desta planejada reorganização, Via Varejo transferiria aproximadamente 97 milhões de ações de Cnova (21.9% do capital social de Cnova), bem como um pagamento entre US\$32 milhões a US\$49 milhões. Adicionalmente, Via Varejo reembolsaria a dívida mantida atualmente pela Cnova Brasil para Cnova equivalente a aproximadamente US\$127 milhões. Sendo a transação proposta completada, Via Varejo passaria a ser a única acionista de Cnova Brasil e não teria mais participação societária em Cnova.

O Conselho de Administração da Via Varejo estabeleceu um Comitê Especial, consistindo de três membros do seu Conselho de Administração, para que supervise o processo e determine os termos e direções da transação proposta.

As partes esperam chegar a um acordo definitivo e conclusão em relação a transação proposta até o final do terceiro trimestre de 2016.